

**ATA DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE**  
**ANGRA DO HEROÍSMO RELATIVA AO ANO 2022**

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois pelas nove horas e quarenta e cinco minutos no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, reuniu a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo na sua 1ª sessão ordinária, a cujos trabalhos presidiu o senhor deputado municipal Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelas senhoras secretárias municipais: Tânia Gil da Rocha Lemos e Rita Belo Santos.

**A – PERÍODO DE ABERTURA**

*O senhor presidente da Mesa determinou que se procedesse à chamada, tendo-se verificado as seguintes presenças:*

**GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA:**

Arnaldo José da Silva Teixeira, Carla Alexandra Cardoso Monteiro, Cidália de Lurdes Correia Parreira, Cláudia Alexandra Coelho Cardoso, Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha, Honória de Fátima Dias Leandro Lourenço, Joana de Melo Câmara, João Carlos Amador Lopes Mateus, João Carlos de Castro Tavares, João Manuel Machado Enes, José Miguel de Freitas Toste, Marcelo Leal Pamplona, Marco Paulo Vieira Alves, Maria de Fátima Soares Fernandes Ferreira, Marília Margarida Enes Garcia de Vargas, Mónica Gomes de Oliveira Rocha, Paulo Alexandre Ávila Fagundes, Rita Belo Santos, Rogério Paulo Nogueira e Sousa, Sandra da Silva Mendes, Tânia Gil da Rocha Lemos, Valdeci Purim.

**GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:**

Alberto Gonçalves de Melo, Anabela Ferreira Rafael Silveira de Borba, Bruno Miguel Ferreira Fagundes, Carlos Henrique da Costa Neves, Cesário Alberto Ferreira Pamplona, Guilherme Carlos da Rocha Bizarro, Luís Carlos Cota Soares, Luís Manuel Mendes Leal, Luísa Brasil Peixoto Lourenço, Luísa da Costa Barcelos, Magda Patrícia Ferreira Ávila, Maria Cecília Narciso Vieira Sousa Costa, Mário José Martins Cardoso, Séfora Veríssimo Costa.

**GRUPO MUNICIPAL DO CDS-PP:**

André Melo Castro, Michele Soveta Aguiar, Nuno Alberto Lopes Melo Alves.

**CÂMARA MUNICIPAL:**

**Presidente:** José Gabriel Álamo de Meneses.

**Vereadores:** Brites Baldaia do Rego Botelho Mendonça Cunha, Fátima da Conceição Lobão Santos da Silveira Amorim, Guido de Luna da Silva Teles, Maurício Manuel Lima Toledo, Paulo Alexandre Silva Lima, Sandra Maria de Sousa Garcia.

*A senhora deputada municipal Séfora Costa assumiu nesta sessão, o lugar do senhor deputado Paulo Duarte Gomes, sem que a Mesa fosse previamente informada dessa substituição.*

**Sr. presidente da Mesa** – Gostaria de alertar as senhoras e os senhores deputados municipais que, nas situações de substituição de algum dos senhores deputados, os respetivos grupos municipais devem dar conhecimento à Mesa dentro do prazo legal de acordo com o que está previsto no regimento desta Assembleia. É possível fazer chegar essa informação ao presidente ou a qualquer um dos membros da Mesa através de correio eletrónico. Queremos a participação de todos mas as coisas devem ser feitas dentro do que a lei determina e gostaríamos que isto fosse cumprido com rigor. Espero que esta situação não se volte a repetir e faço um apelo a todos para que se cumpra o que está no regimento.

*Posta à discussão sem que se verificassem quaisquer intervenções, a ata da 5ª sessão ordinária do dia 17 de dezembro de 2021 foi aprovada por unanimidade.*

*A ata da 1ª sessão extraordinária do dia 4 de fevereiro de 2022 foi aprovada com 35 votos a favor e 4 abstenções.*

*O senhor presidente da Mesa procedeu à leitura do expediente:*

▪ **Da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores:**

- Um Voto de Pesar dirigido à Mesa da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo pelo falecimento de João Alberto de Melo Miranda.
- Um Voto de Pesar dirigido à Mesa da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo pelo falecimento do escritor e investigador Valdemar Mota.

**Sr. presidente da Mesa** – No âmbito do que está estipulado na alínea d), n.º 1 do artigo 17.º do Regimento desta Assembleia, no período destinado à intervenção do público na 5ª sessão ordinária da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo do passado dia 17 de dezembro de 2021, o cidadão doutor Jorge Forjaz fez uma denúncia pública não personalizada nem individualizada sobre o eventual uso indevido do registo de uma patente relativamente aos bolos Dona Amélia.

Perante os mecanismos que a Mesa da Assembleia desencadeou no sentido de tentar esclarecer esta situação, começo por relembrar o que é importante sob o ponto de vista do que foi dito pelo cidadão doutor Jorge Forjaz e vou citar: «*Houve recentemente uma instituição local que também registou no Instituto de Propriedade Industrial, a patente dos bolos Dona Amélia.*» Volto a citar: «*Houve agora recentemente, uma pastelaria em Angra do Heroísmo que registou esse nome, para escândalo de todas as outras pastelarias e dos restaurantes que costumam oferecer bolos Dona Amélia ao fim das refeições.*» Continuo a citar: «*Foram aceites as patentes sem sequer se perguntar se isto é um abuso.*»

Não tendo sido identificada nem apontada nenhuma situação específica, coube-nos fazer uma apreciação e uma investigação sobre a questão de marca e de patente e gostaria de informar a Assembleia que, a atribuição do registo de marca e do registo de patente é da

responsabilidade do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, organismo que integra a orgânica do Ministério da Justiça. O registo de marca é uma coisa e o registo de patente é outra, ou seja, segundo o *site* do Ministério da Justiça, o registo de marca é um sinal usado para distinguir um produto de uma empresa comercial, enquanto o registo de patente se destina a proteger uma intervenção nova que ainda não tenha sido tornada pública e que garante que haja um inventor principal, podendo este vender a sua ideia a outras empresas ou entidades.

Deprendemos que a denúncia feita se reportava eventualmente à pastelaria O FORNO pertencente à senhora Ana Maria Pimentel Pereira da Costa. Neste sentido, recolhemos informações sobre o objeto da denúncia e concluímos o seguinte:

*«O Instituto Nacional da Propriedade Industrial concedeu o registo de marca 33302 publicado no Boletim n.º 4/99, “Marca Nacional Classe 30 - Bolos Dona Amélia”, à titular Ana Maria Pimentel Pereira da Costa com estabelecimento na Rua de S. João n.º 67/69 em Angra do Heroísmo em 14 de abril de 1999, tendo sido o registo requerido em 16 de outubro de 1998. O pedido de registo de marca foi apresentado por um agente oficial da propriedade industrial, neste caso um advogado, tal como é requerido nos requisitos do Ministério da Justiça de acordo com os preceitos legais para o efeito. A marca atribuída é para reprodução do sinal “Bolos Dona Amélia” em embalagem própria com texto bilingue com o historial dos bolos.*

*Não foram recolhidas nem identificadas provas de que outras pastelarias de Angra tenham deixado de vender os bolos Dona Amélia. Temos conhecimento que, posteriormente, houve um pedido de registo de marca n.º 540162 apenas com a identificação “Dona Amélia”, que foi indeferido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial por se confundir com o registo atribuído, tendo esta situação sido reportada pelo Instituto Nacional dos Registos Industriais.*

*Os bolos Dona Amélia têm mais de 120 anos; são doces tradicionais da ilha Terceira, tornando-se um ex-líbris da nossa doçaria, reconhecidos como tal em vários continentes e muito apreciados na diáspora.*

*Das informações recolhidas junto da senhora Ana Maria Pimentel Pereira da Costa, proprietária da pastelaria O FORNO, tomámos conhecimento que são visitados por revistas e jornais conceituados para apreciarem a confeção dos bolos, sobre os quais publicam artigos. É uma divulgação que não devemos desperdiçar em abono do desenvolvimento turístico da ilha Terceira, particularmente de Angra do Heroísmo.»*

É este o esclarecimento que se impunha fazer na sequência da participação de um cidadão perante os factos aqui expostos.

## **B – PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO**

**Município José Eduardo Machado Soares** – Bom dia a todos. Gostaria de expor a esta Assembleia, algumas situações que estão a limitar grandemente a atividade do ténis nos cortes municipais. Como se costuma dizer, a vida olha-se para a frente mas compreende-se olhando para trás, por isso gostaria de fazer uma pequena revisão da forma como as coisas se

passavam anteriormente para compreendermos melhor os problemas que atualmente se colocam.

O Lawn Tennis Club era um clube rico que não permitia a prática do ténis a pessoas mais pobres. Na altura, um grupo de pretensos jogadores de ténis, que praticamente não sabiam jogar, influenciou a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo para a construção dos atuais cortes. Uma vez que o clube de ténis da ilha Terceira não tinha condições, a Câmara Municipal estabeleceu um protocolo com o clube, cedendo o local para o estabelecimento da sua sede e atribuindo-lhe a gestão do espaço. Um funcionário da Câmara Municipal era responsável pelas marcações dos campos, pela limpeza e gestão do espaço e atendia as marcações por telefone e o clube de ténis tinha a seu cargo a manutenção do equipamento desportivo como as redes, as bolas e outro material necessário para a prática do ténis.

Com a autorização da Câmara, o clube construiu recentemente um espaço coberto para permitir aos miúdos das escolas, algumas brincadeiras em dias de chuva mas esta Assembleia Municipal aprovou no dia 14 de julho de 2014 um regulamento que veio alterar estas condições, revogando o protocolo existente, ficando um funcionário da Câmara Municipal afeto ao campo de ténis, ao espaço do Relvão e também ao campo de futebol.

As pessoas que praticam o ténis de forma individual e não organizada têm que marcar o campo de ténis com 48 horas de antecedência através do preenchimento de um formulário e os campos de ténis estão fechados aos feriados nacionais, nos dias 24 e 31 de dezembro e também aos fins de semana. Se eu quiser jogar ténis ao sábado ou ao domingo, terei que fazer a marcação do campo na quinta-feira e de acordo com a ordem de prioridades estabelecida no referido regulamento, os cidadãos que pretendam jogar ténis de forma pontual, estão em sétimo lugar.

Este regulamento aplica-se perfeitamente aos clubes e a outros espaços, como o pavilhão ou as piscinas municipais, mas não se adequa aos campos de ténis. Para vos dar um exemplo, é como se alguém tivesse que marcar com antecedência para correr no Relvão, utilizar a mesa de ténis que lá está ou jogar basquetebol no campo de Santa Luzia. Compreendemos e aceitamos que haja marcações mas os espaços municipais devem permanecer abertos ao público quando não estiverem a ser utilizados.

A Câmara Municipal entendeu mudar a eletrificação dos campos de ténis o que, quanto a nós, é a maior limitação neste momento. Existem regras e é pena que a Câmara não as tenha cumprido porque aquela iluminação impede a utilização dos campos de ténis à noite. Para vos dar uma ideia, o que está aqui assinalado a preto é a forma como os quatro postes devem ficar posicionados num campo de ténis e podemos ver a vermelho, o que a Câmara lá colocou, utilizando postes de campos de futebol. Em vez de dois, existe apenas um ponto de iluminação de um dos lados, o que inviabiliza a prática do ténis à noite. Perante estas limitações, as pessoas veem-se obrigadas a jogar ténis no Lawn Tennis Club, que é o clube rico, enquanto o outro espaço é cada vez menos utilizado.

Entrego ao senhor presidente da Mesa um documento com estas situações explicadas mais ao pormenor e deixo o alerta para que esta Assembleia influencie a Câmara no sentido de resolver estes problemas. Muito obrigado pela vossa atenção e disponibilidade.

**Sr. presidente da Câmara** – Muito bom dia senhor presidente e senhores membros da Assembleia. Em jeito de preâmbulo quero dizer que nenhum de nós na Câmara Municipal se recusa a receber as pessoas e a discutir qualquer questão de interesse. Louvando a presença da participação do público nesta sessão, muito estranhámos o facto de não termos sido previamente contactados relativamente a esta questão. Contudo, com a permissão do senhor presidente da Assembleia, passo a palavra ao senhor vereador Guido Teles que tem esse pelouro à sua conta.

**Sr. vereador Guido Teles** – Muito bom dia senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e caros colegas vereadores, senhoras e senhores membros da Assembleia.

Senhor doutor Machado Soares, além do que já foi adiantado e bem, pelo senhor presidente da Câmara, sobre esta matéria há ainda a dizer o seguinte: como o senhor disse, as regras daquele espaço foram alteradas para serem consonantes com as regras gerais de utilização de qualquer infraestrutura do parque desportivo municipal e, com toda a lógica, deve priorizar-se a utilização dos campos pelos clubes que praticam atividade federada em comparação com as pessoas que o fazem de forma amadora. São estas as regras que habitualmente são praticadas por qualquer entidade pública gestora de recintos desportivos.

Quanto à iluminação, não é o presidente da Câmara nem o vereador Guido Teles ou outro qualquer funcionário da Câmara que definem a estratégia e as regras técnicas da sua instalação. Contratámos uma empresa da especialidade para a substituição da iluminação dos campos do parque desportivo municipal por tecnologia LED, tendo sido feitos os estudos necessários para o efeito, e estranho o facto de não termos recebido qualquer reclamação sobre esta matéria por parte dos dirigentes dos clubes que praticam atividade naquelas infraestruturas.

Estamos disponíveis a todo o tempo para recebermos os dirigentes desportivos, dando-nos conta de quaisquer problemas que possam existir para que os possamos resolver. Até ao momento, os clubes que têm praticado atividades naquele espaço não entraram em contacto com o município para comunicar qualquer problema.

Na sequência desta intervenção do senhor doutor Machado Soares, vamos consultar todos os clubes que utilizam aquele espaço. O clube de ténis tem lá, naturalmente, uma atividade mais regular, o Lawn Tennis Club já o utilizou por diversas vezes e o clube ligado à escola Tomás de Borba também pratica ali atividade. Vamos consultar todos os dirigentes e os responsáveis técnicos dos respetivos clubes para percebermos se há dificuldades no sentido de procedermos às alterações que se revelem necessárias porque o nosso intuito é oferecer sempre as melhores condições para a prática de atividades desportivas.

### **C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**Sr. d. m. Carlos Costa Neves** – Cumprimento o senhor presidente e os restantes membros da Mesa, o senhor presidente da Câmara e as senhoras e senhores vereadores, senhores membros da Assembleia Municipal.

Esta minha intervenção vem a respeito do que está a acontecer a nível internacional. Visto que não tivemos oportunidade de apresentar um voto por escrito, apresento uma proposta de voto oral, que transformaremos em escrito, no sentido de repudiar a invasão da Rússia à Ucrânia, hoje confirmada, e não se limita a uma parte do território.

Esta invasão da Ucrânia é uma agressão inadmissível que contraria todas as leis de direito internacional e as naturais expectativas dos cidadãos. Diria mesmo que o impensável se tornou realidade, por isso não podemos ficar indiferentes a toda esta situação nem deixar de manifestar a nossa solidariedade para com o povo ucraniano. Os ucranianos residentes na ilha Terceira não são muitos mas têm dado um contributo importante, nomeadamente na área da cultura e muitas outras.

Devemos ter em conta que este não é apenas um evento que se passa lá no extremo leste a 5 mil km de distância porque terá um impacto global também nos Açores, na ilha Terceira e nos concelhos de Angra do Heroísmo e da Praia da Vitória. Vamos ser confrontados no nosso dia a dia com consequências económicas desse conflito.

Como sabem, a ilha Terceira tem uma base aérea que está neste momento a ser utilizada pelos Estados Unidos da América e pela NATO e constatei que o presidente da nossa companhia SATA Air Açores manifestou a preocupação de que estes acontecimentos poderiam pôr em causa alguns voos já programados para os Açores.

Esta é uma situação impensável de guerra, por isso gostaria de deixar aqui um voto de pesar e de solidariedade para com a Ucrânia, manifestando simultaneamente o quanto tudo isto nos deve preocupar a todos.

Se o senhor presidente e os senhores membros da Assembleia estiverem de acordo, gostaria que esta posição fosse comunicada às entidades regionais e nacionais competentes neste domínio, nomeadamente a presidência do Governo e eventualmente o Ministério dos Negócios Estrangeiros e a embaixada da Ucrânia.

**Sr. d. m. Rogério Sousa** – Muito bom dia senhor presidente da Assembleia e restantes membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e restantes vereadores, caras e caros colegas deputados municipais.

Subscrevo na íntegra as palavras do senhor deputado Carlos Costa Neves e acho que ficaria bem à nossa Assembleia a redação conjunta de um voto de repúdio pela invasão da Rússia à Ucrânia, expressando a nossa solidariedade para com o povo ucraniano nesta hora tão difícil em que – como o senhor deputado disse e muito bem – o impensável acabou por acontecer.

**Sr. presidente da Mesa** – Agradeço ao senhor deputado pela suspensão da sua intervenção, dando a palavra ao senhor presidente da Câmara.

**Sr. presidente da Câmara** – Agradeço a oportunidade que a Mesa me concede para fazer também minhas as palavras do doutor Costa Neves e dizer que, da parte da Câmara, vemos esta situação com grande preocupação. Temos a obrigação de manifestar a nossa solidariedade para com os concidadãos de origem ucraniana que são munícipes deste concelho, expressando também o nosso repúdio pelo que está a acontecer, um capítulo da história da Europa que julgávamos encerrado desde 1945. Isto era impensável até agora e

significa um enorme recuo de quase um século na história da Europa com horríveis consequências sobre o povo ucraniano e também o povo russo, porque morrem soldados de ambos os lados que não têm culpa das más decisões dos seus dirigentes. Há jovens e menos jovens a morrerem por uma causa perfeitamente inaceitável nos dias que correm.

Quero manifestar também a minha profunda preocupação sobre os impactos que esta guerra terá sobre nós. Nos próximos meses teremos um aumento considerável do preço dos combustíveis e, pior ainda, sendo a Ucrânia um dos principais fornecedores de milho e de trigo, as consequências sobre a atividade agrícola podem vir a ser extraordinariamente gravosas.

Estamos a sair de um momento difícil na área económica e social causado pela pandemia e cai-nos agora um problema ainda maior em cima das dificuldades que já se faziam sentir. Num concelho em que a atividade agrícola é um dos grandes pilares, é preocupante ouvir comentadores a dizerem que poderá haver aumentos de 30 ou 40% no preço dos cereais, o que será uma ameaça enorme para a nossa economia.

A Câmara não tem o poder de propositura nestas circunstâncias mas gostaria de dizer que, da minha parte e em nome de todos os membros do executivo, nos solidarizamos com o voto proposto pelo doutor Costa Neves, manifestando a nossa solidariedade aos concidadãos ucranianos que vivem neste concelho que, provavelmente, terão as suas vidas muito perturbadas e com os seus familiares em risco eminente.

**Sra. d. m. Luísa Lourenço** – Muito bom dia senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados desta Assembleia.

São constantemente verificados constrangimentos de trânsito com carros e autocarros, sobretudo nos dias úteis, na zona da praça Almeida Garrett junto ao tribunal de Angra do Heroísmo no entroncamento com a Rua da Guarita que é regulado por semáforos. Como resultado da minha própria experiência enquanto utilizadora frequente destas artérias da cidade, dou conta que estas dificuldades de circulação resultam eventualmente do período muito curto de abertura do semáforo, seja no sentido do centro da cidade ou para leste na Rua da Guarita. Assim, agradecia que a Câmara me informasse se esta situação é do seu conhecimento e se está prevista alguma medida de mitigação do problema.

Ainda em relação à circulação no concelho de Angra do Heroísmo, é do nosso conhecimento que esta Câmara esteve em contacto com uma empresa da especialidade no que diz respeito aos transportes públicos de forma a avaliar a possibilidade de implementar um sistema em que o percurso dos autocarros e o tipo de veículos se adaptem à procura das linhas citadinas, reavaliando para isso, os dois atuais circuitos mais procurados, ou seja, o percurso do hospital e do Bairro do Lameirinho.

A apresentação da proposta por parte desta empresa estaria prevista para janeiro, logo questiono se a mesma foi efetivamente apresentada, quando poderemos tomar conhecimento do referido documento e se nele está incluída a análise do alargamento de circuitos com linhas fixas e variáveis para as freguesias de S. Mateus, Terra Chã e Posto Santo, tendo ainda em consideração o acesso específico à escola secundária Tomás de Borba.

**Sr. presidente da Câmara** – Neste momento a zona da Guarita é a que tem o trânsito mais congestionado a par com o Alto das Covas, embora em menor grau. Estes são os dois principais problemas de circulação que temos na cidade, particularmente agravados neste momento com o encerramento da Circular na zona da rotunda junto a S. Rafael. Ontem a circulação do trânsito na zona oriental da cidade foi caótica, a situação do acesso ao hospital é de extrema preocupação e estamos à espera de uma reunião de emergência sobre esta questão. Ainda há pouco, após o início desta sessão da Assembleia, recebi por *e-mail* uma mensagem de extraordinária urgência sobre o acesso ao hospital.

Houve, de facto, um problema de planeamento que vamos tentar corrigir. Embora seja uma obra da Secretaria das Obras Públicas, a verdade é que a Câmara tem também à sua responsabilidade o trânsito nas estradas que não sejam da sua gestão, o que nos torna corresponsáveis pelo que está a acontecer. Vamos tentar resolver rapidamente a questão concreta da Praça Almeida Garrett que neste momento é uma das nossas maiores preocupações.

Esperamos poder fazer ainda hoje uma reunião com diversos intervenientes neste processo no sentido de se mitigar as consequências daquela obra porque, se houver um acidente ou outra situação grave nas horas de ponta, o acesso ao hospital fica fortemente comprometido. A solução apresentada pelo dono da obra foi o acesso pelo lado norte do hospital mas aquela via está em muito mau estado. Peço ao senhor presidente da Mesa que faça circular pelos senhores membros da Assembleia a documentação que aqui tenho referente aos percursos alternativos.

Existe uma outra questão permanente que preocupa a Câmara desde o início deste processo e do funcionamento daquele semáforo. Já se tentou uma automatização com a colocação de uma pequena câmara que deteta a chegada de viaturas mas aquilo não funciona como deveria.

Está prevista para aquele espaço de estacionamento, a construção de um bloco com dois pisos com a entrada pelo lado do tribunal e a saída pelo lado da Guarita. Esta obra implica novamente a criação de dois sentidos de trânsito naquela rua e a mudança do sentido na rua por detrás do tribunal para se acomodar esta alteração. O estudo foi feito e o projeto está terminado mas temos ainda um conjunto de questões técnicas a resolver com o objetivo de se alterar totalmente a circulação em torno do quarteirão onde está implantado o tribunal para que sejam criados dois sentidos de trânsito na zona da Guarita devido ao parque de estacionamento e na Rua doutor Luís Ribeiro onde era a antiga cadeia.

Já se tentou um outro tipo de automatização daquele semáforo com um telecomando para os autocarros que permitia mudar os sinais, o que também não se mostrou muito adequado, dada a tecnologia que lá estava implementada. Se o autocarro fizer mudar o sinal, estando no meio do trânsito, não se alterará a questão global e creio que a outra solução, com a mudança da circulação na sequência da construção do parque de estacionamento, aliviará este problema.

Uma outra situação mais global está relacionada com a nova estrutura de transporte público urbano na cidade que envolve a construção do terminal rodoviário no Bailão que se



encontra relativamente avançado, está a ganhar a sua forma e ficará pronto algures lá para o fim deste verão, mas até lá precisamos de uma nova estrutura de funcionamento.

Contratou-se uma empresa chamada IOKI da Deutch Bahn, a companhia de caminhos de ferro da Alemanha especializada na escolha de viaturas e no software de gestão de rotas. O mês de janeiro era o prazo para a apresentação da proposta que foi feita com o objetivo de termos um conjunto de rotas com uma linha fixa longitudinal desde o largo de S. Carlos até à Praça de Touros e uma outra ligação permanente e muito frequente entre o novo terminal rodoviário e o hospital, outro dos grandes destinos geradores de tráfego na cidade.

Pretende-se ainda um conjunto de carreiras para uma zona alargada que vai desde a Ribeirinha até S. Mateus, incluindo, para além da cidade, o Posto Santo e a Terra Chã que funciona por solicitação, ou seja, o *software* permite às pessoas pedirem o transporte através de uma aplicação ou de uma chamada telefónica, dizendo que pretendem ir para este ou para aquele sítio a uma determinada hora. A resposta é obtida através de um *software* de otimização, informando que passará ali uma carrinha num período razoável de tempo e fará a recolha dos passageiros em função da procura. Este sistema está a ser usado em boa parte das cidades europeias com uma estrutura fixa de viaturas que passa nas zonas de grande procura em horários previamente estabelecidos e outros circuitos que funcionam com paragens que são ativadas a pedido.

Algures até ao final deste ano de 2022 teremos o projeto elaborado, seguindo-se uma fase complexa de readequação da frota de viaturas, cuja negociação se iniciou já com a EVT, mas implicará um maior avanço técnico em função dos elementos que nos forem fornecidos pela empresa que está a fazer o projeto da mobilidade urbana.

Esperamos ver algum desenvolvimento neste processo ao longo do ano 2022 com um conjunto de linhas fixas e outras a pedido, o que implicará viaturas de menores dimensões, por isso terá que ser feita uma readequação da frota porque não vale a pena ir buscar uma pessoa ao Posto Santo ou a outro lugar qualquer com um autocarro com capacidade para 70 pessoas.

**Sra. d. m. Marília Vargas** – Senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara e executivo camarário, caros colegas deputados municipais, muito bom dia a todos. Pedi para intervir ainda sobre a invasão da Rússia à Ucrânia, manifestando que subscrevemos na íntegra o que foi aqui proposto pelo doutor Carlos Costa Neves. A nossa reação é de choque por se ter tornado real, algo que era impensável, o que nos deixa muito apreensivos pelas consequências que poderemos sofrer devido a todas estas movimentações.

Apoiamos o Voto de Pesar às famílias e solidarizamos-nos com toda a população ucraniana, em especial os concidadãos residentes aqui na ilha, e peço que seja de novo concedida a palavra ao senhor deputado Rogério Sousa que há pouco prescindiu da sua intervenção para que pudessem ser abordados outros assuntos.

**Sr. d. m. Rogério Sousa** – Gostaria de expor aqui algumas questões relacionadas com a área da cultura que me é bastante querida. No passado dia 18 de fevereiro, o senhor vice-presidente da Câmara Guido Teles, apresentou o tema das Sanjoaninas 2022 «Angra: Respirar fundo e sair a dançar». Tendo em conta que parecem existir condições para que as festas se

realizem da forma mais normal possível neste período pós pandémico, gostaria de conhecer as novidades e o que a Câmara nos pode adiantar acerca desta possível normalidade das Sanjoaninas 2022.

Uma vez que o Governo Regional dos Açores não concedeu tolerância de ponto para o carnaval deste ano, pergunto se a Câmara Municipal planeou algum mecanismo de apoio às sociedades recreativas e a outros espaços que habitualmente recebem as danças e bailinhos de carnaval que são atividades promotoras de uma dinâmica económica muito própria da nossa ilha. Lembro que, nos últimos dois anos, a Câmara tem sido uma parceira e compreensiva financiadora, compensando de alguma forma, a falta de atividade e de receitas no período do carnaval devido à pandemia da Covid-19.

Se possível, peço à Câmara um ponto da situação relativamente às obras de remodelação e requalificação do Teatro Angrense. Partindo do princípio que este ano se realizará o festival de teatro – embora numa configuração diferente pós pandemia – gostaria de deixar a sugestão para que se faça uma ampla divulgação pública das intervenções efetuadas no teatro, uma vez que tive o privilégio de ver parte das obras *in loco* e fiquei deveras surpreendido com as requalificações que ali foram feitas.

A maior parte dos munícipes que se deslocam ao Teatro Angrense, não tem a noção do imenso trabalho que está por detrás de todas aquelas questões técnicas, logísticas e de engenharia, por isso seria importante a realização de uma exposição ou outras formas de divulgação para que as pessoas possam tomar conhecimento das intervenções ali realizadas.

Quero manifestar a minha preocupação relativamente às notícias recentemente publicadas no Diário Insular acerca das obras da rampa *ro-ro* no Porto das Pipas em Angra do Heroísmo. Segundo aquele jornal, devido aos achados arqueológicos, é possível que a obra seja interrompida por mais tempo do que se previa, por isso pergunto o que a Câmara nos poderá adiantar acerca desta situação.

**Sr. presidente da Câmara** – Aproveito esta minha intervenção para responder em relação ao Porto das Pipas, dizendo que obtive da parte do Governo Regional uma garantia de que não haveria paragem significativa das obras. Fazendo fé que assim seja, espero que as situações estejam devidamente ultrapassadas.

**Sr. vereador Guido Teles** – Respondendo às questões colocadas pelo senhor deputado Rogério Sousa, de facto, anunciámos há dias o cartaz das Sanjoaninas com o objetivo de prepararmos tudo para que este ano as festas se façam nos termos tradicionais com tudo o que as caracterizam desde os habituais desfiles, passando pelos concertos nos cinco palcos existentes até às marchas populares, cujo prazo de inscrição está em vigor.

Estamos a preparar tudo para que este ano as Sanjoaninas decorram no seu formato normal mas, à semelhança do que aconteceu no ano passado, as circunstâncias que vivemos levam a que a Câmara Municipal preveja uma solução B, caso cheguemos a junho com regras restritivas por parte das autoridades de saúde que não nos permitam a realização das festas nos moldes normais.

Devido à eliminação das restrições que vai acontecendo um pouco por todo o lado, pensamos ter pela frente um cenário de regresso à normalidade. De acordo com as

declarações do Secretário Regional da Saúde e Desporto, as restrições existentes no período do carnaval servirão também para que a situação não se agrave e possamos ter algum alívio lá mais adiante que nos permita realizar umas festas Sanjoaninas suficientemente aliantes para que as pessoas possam matar saudades das festas e dos convívios.

Tendo em conta as restrições que acabei de referir e no seguimento do que tem sido feito nos últimos anos, vamos voltar a apresentar o assunto a reunião de Câmara no sentido de apoiarmos os salões que habitualmente realizam o carnaval, propondo a atribuição de 5 mil euros aos salões que têm simultaneamente filarmónicas e de 2 500 euros aos restantes.

Têm sido feitas algumas intervenções de vulto no Teatro Angrense que equivalem a um investimento de cerca de meio milhão de euros. Houve uma substituição integral da teia do teatro, uma solução difícil que estava pensada há muitos anos, mas o orçamento era praticamente proibitivo quando entrámos na Câmara. Conseguiu-se encontrar uma solução de modernização da sala de espetáculos e de mecanização da teia, além da substituição de equipamentos e do ciclorama, mas ainda temos pela frente um grande desafio. É necessário instalar equipamento de ar condicionado na sala de espetáculos, algo que para nós é prioritário, além da aquisição de adequados sistemas de som e de iluminação. Foram dados passos muito importantes para a melhoria daquela que é a sala mais nobre de espetáculos do nosso concelho.

**Sr. d. m. José Toste** – Bom dia senhor presidente e demais membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e demais vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Na sequência da intervenção a respeito dos possíveis obstáculos ao normal desenvolvimento da obra do Porto das Pipas, eventualmente colocados pela Direção Regional da Cultura, segundo a informação prestada pelo senhor presidente da Câmara, existe uma garantia por parte do Governo Regional de que esta obra não sofrerá atrasos de grande monta, não se prevendo impactos significativos que levariam a fortes consequências nas acessibilidades ao nosso concelho e à ilha Terceira.

Não obstante as preocupações acerca do legado cultural que possa existir na baía de Angra, estou certo de que todos os grupos municipais aqui representados esperam ver conciliadas estas duas vertentes, ou seja, os eventuais estudos dos achados arqueológicos da baía a par com o normal desenvolvimento da obra do Porto das Pipas.

Embora noutra escala, a mesma situação se coloca relativamente a outras obras do concelho. Gostaria de questionar o executivo municipal acerca do desenvolvimento da intervenção na igreja de Nossa Senhora do Livramento e da obra do mercado municipal que foi motivo de uma queixa apresentada junto da UNESCO. De acordo com a informação do senhor presidente da Câmara em Assembleia Municipal, seria comunicado à UNESCO que a obra do mercado não necessitaria de uma avaliação de impacto urbanístico. Assim sendo, gostaria que a Câmara Municipal nos informasse se esta posição foi aceite por parte da UNESCO ou se, afinal, sempre terá que ser feito o referido estudo com recurso a especialistas da universidade de Coimbra.

**Sr. presidente da Câmara** – Espero que se vão resolvendo as questões aqui levantadas acerca dos impactos culturais resultantes deste conjunto de obras. Tivemos uma reunião com

a Direção Regional da Cultura, com o empreiteiro e com o dono da obra que é a irmandade de Nossa Senhora do Livramento, em que se chegou a um conjunto de soluções que – espero – nos permitirão retomar a obra. Neste momento a maior dificuldade prende-se com o que fazer em relação ao claustro que lá está, algo que tentaremos resolver rapidamente com a DRC. Infelizmente, as coisas arrastam-se há bastante tempo e a obra leva mais de um ano de atraso em relação ao que estava previsto, enquanto a outra obra que foi adjudicada na mesma altura ali na Igreja das Concecionistas, já se encontra numa fase bastante avançada.

Quanto ao mercado municipal, afinal não foi possível evitar a realização do dito estudo que foi adjudicado ao Instituto Pedro Nunes da universidade de Coimbra e já deveria estar na sua fase final. Esperemos tê-lo na posse da Câmara nas próximas semanas para que o assunto tenha o devido desfecho.

Existe uma outra obra que tem também sofrido sucessivos entraves e tem a ver com o que falámos há pouco, ou seja, a reformulação do trânsito no Alto das Covas e a colocação da estátua que se encontra aqui em baixo no *hall* de entrada, uma matéria que tem andado também numa correspondência entre os dois lados.

Esperamos encontrar uma solução a breve trecho que nos permita fazer esta obra que é essencial para o funcionamento do terminal rodoviário. Da maneira como as coisas estão no Alto das Covas, é muito difícil fazer funcionar com eficiência o terminal rodoviário do Bailão porque é preciso criar uma nova entrada e fazer com que os autocarros, à saída do terminal, possam virar para baixo na Avenida Tenente Coronel José Agostinho em direção à Silveira para depois seguirem para as freguesias do lado oeste e apanharem a Circular, passando pelo hospital para se dirigirem em direção à Praia da Vitória.

Quanto à colocação da estátua, pretende-se dar conclusão a um assunto que vem do tempo em que o doutor Batista de Lima foi presidente desta Câmara nos anos de 1960. Como disse, a estátua está ali em baixo no *hall* de entrada da Câmara em condições de ser posta no seu devido local, faltando apenas os devidos entendimentos. A questão mais preocupante é a obra do mercado municipal, que tem tido um caminho longo e tortuoso, mas vamos ver se conseguimos chegar ao fim.

**Sr. d. m. Nuno Melo Alves** – Gostaria de abordar o assunto relativo aos transportes, felizmente muito caro a esta Assembleia Municipal. Tendo em conta que há pouco aprovámos a ata da nossa reunião extraordinária do passado dia 4 de fevereiro, informo que o Conselho de Ilha, na sua reunião extraordinária ocorrida esta semana, aprovou e adotou também a pronúncia feita em sede desta Assembleia Municipal.

É com satisfação que vemos o anúncio de novos voos internacionais para o aeroporto das Lajes neste verão IATA, destacando a ação positiva das várias entidades envolvidas, desde logo, a vice-presidência do Governo Regional, a aerogare civil das Lajes e a Câmara do Comércio e Indústria de Angra do Heroísmo, além de outros operadores privados.

Pese embora algumas críticas de que é insuficiente ou já vem tarde, acho que todos devemos olhar para isto com alguma frieza. Pela reação que tem havido de S. Miguel e em S. Miguel através da imprensa escrita, está à vista a maior prova de que estas medidas poderão surtir efeito. Nunca antes se viu uma reação desta natureza através dos mais diversos ataques

à ilha Terceira e ao aeroporto das Lajes devido ao aparente desvio de voos, o que revela que algo está a ser feito. Não sendo ainda o que desejaríamos, estão já a ser dados passos que demonstram que vamos no bom caminho.

Esta bancada da Assembleia Municipal manifesta o seu repúdio em relação a esses ataques ao desenvolvimento imperativo e harmonioso de todas as ilhas da região, porque defendem um centralismo que não queremos, venha ele de Lisboa ou de qualquer outro ponto da região autónoma dos Açores. A reação da própria SATA plasmada hoje no jornal Diário Insular vem confirmar aquilo que se esperava, ou seja, que os voos são efetivamente viáveis mas é preciso que sejam promovidos.

A promoção da aerogare das Lajes tem sido algo inexistente ao longo dos últimos anos, como foi afirmado pelo próprio presidente da SATA, dizendo que aquele aeroporto não é conhecido, assim como o destino Terceira. Isto demonstra o modelo de promoção monofocal que tem sido adotado pelos últimos governos na região autónoma dos Açores, um paradigma que tem que ser mudado e foi já por nós condenado e contestado através de dois protestos em duas ocasiões, na anterior e na atual governação.

O presidente da SATA confirmou ainda que o aeroporto de Ponta Delgada não tem capacidade para acolher todos os voos internacionais, acabando por dar razão às iniciativas que têm sido tomadas por parte desta Assembleia Municipal, pelo Governo Regional, pelos operadores turísticos e pela Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo. A própria SATA reconhece a necessidade de uma redistribuição dos voos pelas diversas ilhas.

Ponho o dedo na ferida num outro ponto que considero da maior importância. O seu presidente vem afirmar com toda a clareza que, não fosse a SATA uma empresa pública, provavelmente teria outras opções, ou seja, contribuiria para o centralismo existente na região. Isto vem demonstrar a razão da SATA continuar como empresa pública, salvaguardada e financiada através do plano e orçamento regional. Para agir como empresa privada, não precisaríamos dela porque já bastam as privadas e não seria necessário meter dinheiro numa entidade pública. Só faz sentido a existência de uma empresa pública para se fazer política pública. Vindo isto de um liberal, até tem muito que se lhe diga, e estas notícias trazem-me alguma satisfação porque demonstram que temos sido ouvidos, notando-se já o impacto e as consequências daquilo que aqui aprovámos por unanimidade.

Há pouco falou-se aqui da preocupação do presidente da SATA acerca do impacto da escalada do conflito militar em relação às rotas, mas penso que não se terá referido à capacidade civil e militar do aeroporto das Lajes em acompanhar um possível aumento do tráfego aéreo porque aquelas instalações podem receber cerca de trinta a sessenta voos por hora, não existindo dificuldades do ponto de vista operacional. O que poderá haver é um problema do ponto de vista político, na medida em que o Governo da República, agora maioritário, tem mais facilidade em tomar decisões, podendo optar por dar primazia à Força Aérea Portuguesa e a outros intervenientes. Contudo, e se assim o entender, pode até inverter a situação, não aplicando essa mesma primazia.

Julgo que este aviso da SATA é muito mais profundo porque, tal como qualquer um de nós, o seu presidente sabe que a operacionalidade do aeroporto das Lajes não é um problema. Muitos se recordarão daquele incidente em que o avião da AIR TRANSAT ficou

imobilizado na pista durante vários dias, tendo sido utilizados os *taxiways* paralelos à pista para aterragens e descolagens. O aeroporto das Lajes tem uma dimensão e capacidade sem paralelo, nunca estando em causa por questões operacionais, quaisquer eventuais voos para aqui durante o conflito militar.

No que diz respeito aos transportes marítimos, um assunto também referido e destacado na reunião do Conselho de Ilha da Terceira do passado dia 23 de fevereiro, as obras do porto de Ponta Delgada obrigaram ao desvio de vários navios com ligações diretas ao porto da Praia da Vitória, tendo-se verificado um melhor resultado do que anteriormente, em que o porto de Ponta Delgada concentrava todas as ligações com o exterior. Se dúvidas houvesse, assim se prova que é possível fazer diferente e melhor em prol da ilha Terceira e mais uma vez se confirma a importância e utilidade da pronúncia emanada por esta Assembleia, deixando o alerta de que a mudança é possível. De acordo com o que temos solicitado desde há vários anos, é possível e necessária a intervenção do Governo Regional através de um estudo de transportes marítimos alternativos.

Julgo importantes e de grande relevância estas minhas notas, pelo momento que vivemos e pelos desafios que temos que enfrentar para alcançarmos o que pretendemos, que é um desenvolvimento regional mais harmonioso.

A pronúncia e as reivindicações que aqui fizemos não caíram em saco roto porque houve reações positivas por parte do Governo Regional, da Câmara do Comércio e de outros intervenientes. Esperemos que os interlocutores económicos da ilha Terceira saibam também reagir positivamente a este desafio e aproveitem as oportunidades que agora surgem.

**Sr. presidente da Câmara** – Quero realçar a forma construtiva e convergente como decorreu a última reunião do Conselho de Ilha em relação àquilo que consideramos os interesses da ilha Terceira, em que os assuntos foram discutidos com serenidade, profundidade e clareza, um exemplo do que deve ser a participação cívica em órgãos coletivos. Os senhores membros de todas as instituições e partidos com assento no Conselho de Ilha da Terceira estão de parabéns pelo excelente trabalho que foi feito e esta Assembleia Municipal está muito satisfeita pelo facto de o Conselho ter incluído no documento final dessa reunião, a pronúncia que aqui foi aprovada por unanimidade na sessão extraordinária do dia 4 de fevereiro.

Esta é uma questão que há muito nos acompanha com um elevado grau de complexidade. Olhando um pouco para trás, lembro as consequências da pronúncia que esta Assembleia Municipal aprovou também por unanimidade em 2018 que, nessa altura, levaram a um aumento bastante acentuado do número de voos em 2019 e a um excelente planeamento para o ano de 2020 que acabou em nada, dadas as infelizes circunstâncias provocadas pela pandemia da Covid-19. Tal como agora, a voz desta Assembleia foi ouvida na altura e é importante que continue a sê-lo de forma serena e construtiva no contexto do que está a acontecer nesta ilha e em todo o arquipélago. Infelizmente, este não é um problema exclusivo da Terceira, é comum a mais sete ilhas dos Açores, mas aqui continuamos com maior capacidade de intervenção e uma voz que se ouve com mais força.

Faço minhas as palavras do senhor deputado Nuno Melo Alves porque, de facto, também li nestes últimos dias um conjunto de opiniões e publicações que são um verdadeiro insulto a este órgão, a esta ilha e a quem cá vive. É inaceitável que, em pleno século XXI, o bairrismo assuma formas tão primárias e nojentas porque é este o termo que deve ser usado nestas circunstâncias. Estamos a viver um tempo em que, quem defende os interesses de uma ilha, é imediatamente apodado de bairrista, e quem defende outra, mesmo ignorando a lógica mais primária, acha que está a defender interesses nobres.

Há que reagir e levantar a voz, assumindo tudo isto, porque aqui não há bairrismos; aqui defende-se o interesse legítimo de uma ilha com mais de cinquenta mil habitantes e uma grande história e não está disponível para abdicar dela.

Como gosto de ler coisas mais antigas, tem graça que estejamos a visitar um debate que aconteceu em 1822, há precisamente dois séculos, com a reunião da 1ª Assembleia Constituinte. As Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa reuniram para aprovarem a 1ª Constituição depois da revolução de 1820. Os senhores deputados eleitos pela Terceira foram defender a unidade açoriana, dizendo que os Açores deveriam ser geridos como os Açores, mantendo uma capital e uma estrutura política, enquanto os seus congéneres eleitos por S. Miguel e depois os eleitos pelo Pico e pelo Faial – as únicas ilhas que elegeram deputados – foram dizer que era muito mais fácil velejar de Ponta Delgada para Lisboa do que para a Terceira, porque os ventos contrários tornavam isto muito difícil e não queriam, de maneira nenhuma, pertencer a uma unidade política que tivesse a sua sede em Angra do Heroísmo. Fizeram uma defesa que ocupou o soberano congresso durante dias seguidos, um debate entre açorianos que levou a que os Açores fossem divididos, primeiro em duas províncias e depois em três que deram origem aos três distritos. Quem lê aqueles debates, se tirar os títulos nobiliárquicos e outras coisas que desapareceram, parece que está a ler algo que se passa nos dias de hoje.

O que aconteceu há duzentos anos, não pode voltar a acontecer. Temos que ter a devida serenidade e capacidade para defendermos a unidade regional, o que só será possível se esta for uma casa em que todos os açorianos se sintam à vontade, sem que uns se julguem superiores aos outros. É um imperativo do nosso tempo que nos cabe pôr em prática.

Pedindo desculpas por este devaneio mais histórico, gostaria de lembrar que o senhor presidente do conselho de administração da SATA, levantou e muito bem, a questão da promoção da ilha Terceira no exterior, algo que é estruturante nesta nossa problemática. Os municípios de Angra e da Praia têm feito um esforço muito superior ao que lhes seria exigido em condições normais. A maior parte da promoção tem sido feita a expensas dos municípios, ao ponto de publicarmos os primeiros guias que estão prestes a sair e cujos custos andaram na casa dos 50 mil euros cada. Estas despesas foram integralmente suportadas pelo município porque, desde há muito que consideramos a promoção essencial.

Não nos serve de muito a criação de rotas para que os aviões andem vazios, o que seria um gigantesco tiro nos pés. A verdade é que, ninguém no seu perfeito juízo, achará que vale a pena lançar rotas em fevereiro para se iniciarem em março ou abril, esperando que haja vendas ou procura numa cidade para onde nunca se voou. Estas coisas devem ser feitas com vários anos de antecedência para que alcancem a devida sustentabilidade, em vez de

andarmos ao remédio. Não quero com isto, parecer pobre e mal-agradecido nem estou a dizer mal destas rotas que nos deixam muito felizes, mas devemos ter consciência das dificuldades acrescidas destas decisões de última hora, quer para a SATA, quer para todos nós.

Aquilo que devia ser feito em quatro ou cinco anos transformou-se num planeamento a quinze dias, o que não é propriamente aceitável. Sem querer parecer mal-agradecido e louvando a decisão da criação dessas rotas, tenhamos consciência dos problemas acrescidos e das consequências que daí poderão advir.

Finalmente, é importante lembrar que não foi na ilha Terceira que se desgraçou a SATA Internacional que voa para o exterior porque as suas dívidas surgiram numa altura em que as rodas dos aviões nem cá tocavam. Lembram-se do tempo em que andámos a mendigar um voo para o Porto, o primeiro que se fez, quando nos diziam que não era possível?

Se algo acontecer agora à SATA, não venham dizer que veio morrer na nossa praia porque não fomos os causadores da sua desgraça. O facto de estarmos agora a receber os voos no fim de todo um processo, não quer dizer que sejamos os responsáveis pelo caminho que a SATA fez até aqui. É bom que isto se diga de forma clara para que seja ouvido por todos, incluindo a administração da própria SATA e o Governo Regional, para que depois não se assaquem responsabilidades a quem não as teve. Se Bruxelas se zangar e disser que, afinal, as coisas não podem ser assim, espero que não culpem aqueles voos que estão a ser feitos agora para a Terceira, porque este «agora» nada tem a ver com o caminho que nos trouxe até aqui.

**Sr. d. m. José Toste** – Ainda no seguimento da temática dos transportes aéreos, importa sublinhar três aspetos que considero essenciais, começando pelo facto de o Conselho de Ilha ter adotado a pronúncia desta Assembleia Municipal, pela sua importância em termos de projeção e dimensão de ilha. Os membros desta Assembleia devem estar satisfeitos ao verem assim o seu trabalho validado ao nível do Conselho de Ilha, esperando que esta pronúncia seja também devidamente valorizada ao nível regional, visto que levou já a uma reação em cadeia.

Não obstante o facto de muitas das rotas agora anunciadas, terem sido planeadas antes, a verdade é que a aprovação da referida pronúncia por parte da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, acabou por despoletar e acelerar o seu anúncio, o que nos deixa satisfeitos mas, ao mesmo tempo, devemos fazer uma leitura crítica a esta apresentação eventualmente apressada de novas rotas para a ilha Terceira.

Os comentários negativos que vimos na comunicação social apenas nos devem provocar um amargo de boca em relação a quem os profere e as declarações do senhor presidente da SATA demonstram também uma certa visão centralista. Como referi na reunião do Conselho de Ilha, não somos o cordeiro de Deus que vai tirar o pecado do buraco financeiro da SATA que não se deve aos voos realizados para a Terceira.

O anúncio tardio destes voos é preocupante na medida em que foi feito apenas em fevereiro já para o verão IATA imediato. São anunciadas as rotas, passados quinze dias, começa-se a levantar o problema da promoção e talvez não seja possível encher os voos. Houve uma reivindicação por parte da ilha Terceira mas este surgimento imediato de rotas sem o tempo necessário para a devida promoção, poderá levar a que os aviões circulem



vazios neste verão IATA 2022, acabando eventualmente por prejudicar o verão IATA 2023, demonstrando que, afinal, as rotas poderão não ser viáveis.

Foi também aqui dito que eventualmente se estaria agora a sofrer as consequências de falhas na promoção de anos anteriores mas é preciso lembrar que a atual promoção está a ser feita à custa dos orçamentos municipais. Os municípios da ilha têm investido fortemente no destino Terceira, substituindo-se à promoção que deveria ser feita pelo Governo Regional.

Uma outra questão levantada na pronúncia da Assembleia Municipal de Angra tem a ver com as rotas de transportes marítimos e a deslocação de pessoas de outras ilhas às festas Sanjoaninas, incluindo marchas de S. João. Sabemos que os voos estão a 60 euros mas será muito difícil atingir os valores do anterior fluxo turístico inter ilhas para as Sanjoaninas, caso não seja retomado o transporte marítimo de passageiros.

**Sr. presidente da Câmara** – A acessibilidade no período das Sanjoaninas é neste momento para nós uma grande preocupação porque vinham habitualmente 2 000 a 3 000 pessoas da ilha de S. Miguel, na sua maior parte pelos transportes marítimos, por isso é difícil de imaginar o número de voos necessário para transportar esta quantidade de passageiros em aviões com 60 lugares num período tão curto, o que representa uma preocupação para quem organiza as Sanjoaninas, as Festas da Praia e todos os festivais que, ao longo do verão, se fazem nestas ilhas do grupo central com uma fortíssima dependência dos transportes marítimos inter ilhas.

Ainda sobre este tema, há pouco esqueci de abordar uma outra questão levantada pelo senhor Marcos Couto, presidente do Conselho de Ilha e também presidente da Câmara do Comércio, que me deixou deveras preocupado, relacionada com os preços do transporte aéreo para os Estados Unidos. Refiro-me ao contrato assinado com a SATA e a ATA que faz com que seja mais barato viajar por S. Miguel do que diretamente da Terceira para os Estados Unidos. De facto, tive a oportunidade de confirmar na passada quinta-feira e essa diferença de preços andava na casa dos 300 euros, o que é muito dinheiro. Não conheço os contratos mas tive a oportunidade de confirmar esses valores devido à curiosidade que me foi despertada na reunião do Conselho de Ilha e isto deve merecer o repúdio de todos nós.

Há aqui algo profundamente errado no que diz respeito à atividade de uma entidade que recebe dinheiro público e tem por missão promover todas as ilhas dos Açores. Aparentemente, a raiz destes males está no funcionamento da ATA, a quem o senhor presidente da SATA, na sua intervenção que foi publicada hoje, volta mais uma vez a apontar o dedo. Julguei que estavam no mesmo jogo mas, aparentemente, não estão.

Há um conjunto de situações que nos fazem refletir sobre uma entidade inteiramente privada que recebe dinheiros públicos destinados à promoção de todas as ilhas do arquipélago, um problema que precisa de resolução urgente. Da parte da Câmara Municipal, temos todo o empenho e vontade em perceber o que está acontecer com a ATA porque estas diferenças de preços representam uma fortíssima penalização para a Terceira e para as restantes ilhas do grupo central, obrigando praticamente as pessoas a terem que viajar por S. Miguel. Se eu quiser ir à América, naturalmente não estarei disposto a pagar mais 300 euros

só para sair diretamente da Terceira. Isto tem consequências e é preciso vermos efetivamente o que se passa.

**Sr. d. m. Carlos Costa Neves** – Quero associar-me a esta construção de posições que nos aproximaram na defesa dos legítimos interesses dos Açores que ultrapassam os interesses da ilha Terceira. Não faz sentido que se fale na ampliação de outras infraestruturas quando a ilha Terceira tem uma enorme disponibilidade de oferta de estruturas ao nível portuário e aeroportuário. Congratulo-me pelo facto de o próprio Conselho de Ilha ter assumido também as posições que partiram desta Assembleia Municipal e quero enaltecer esta convergência de vontades na defesa daquilo que consideramos essencial para região. Sem querer quebrar esse consenso, gostaria de sublinhar alguns aspetos ao longo da discussão mas o unanimismo não nos serve; servem as negociações, os compromissos e os consensos, não significando que os grupos municipais aqui à volta da mesa não tenham uma perspetiva própria e não deixaremos de estar juntos quando necessário.

Uma coisa é a defesa dos transportes marítimos, à semelhança do que acontece desde há dezenas de anos no grupo central, algo que consta já no documento que aprovámos convictamente, a outra é o retorno a ferries que liguem S. Miguel à Terceira só porque existem dois festivais por ano, quando o Governo Regional, e bem, estabeleceu tarifas aéreas de 60 euros para as pessoas poderem circular entre as ilhas.

Este lado do grupo parlamentar não está de acordo no que toca a ligações marítimas para o grupo central para além do que fizeram o «Espírito Santo» e o «Ponta Delgada» em relação a toda a região, voltando-se – na minha opinião, para fins de propaganda política – a um modelo antigo que custou muitos milhões de euros a todos os açorianos.

Compreendendo as preocupações do senhor presidente da Câmara no sentido de vir toda a gente de navio por aí abaixo, ter-nos-ão ao vosso lado na defesa do transporte marítimo entre as ilhas do grupo central mas não me parece que haja condições para voltarmos ao fretamento de ferries, quando estabelecemos tarifas a 60 euros para se circular entre as ilhas.

Quero cumprimentar o senhor presidente da Câmara pelo apoio que tem dado à promoção da ilha Terceira, substituindo-se a entidades que deveriam ter essa responsabilidade. Elogiando o preenchimento dessa lacuna, todos devemos persistir na devida pressão para que, quem recebe dinheiros públicos, tenha em conta os interesses da região que é a soma de nove ilhas com diferentes personalidades e características. Da nossa parte, estamos dispostos a apoiar o restabelecimento da devida justiça nesta área.

Lamento também os artigos recentemente publicados e talvez não valha muito a pena discutir o buraco financeiro da SATA que, certamente não foi criado pela Terceira, e talvez resulte de políticas dos últimos trinta anos.

**Sr. presidente da Mesa** – Permitam-me uma pequena reflexão sobre o que foi aqui discutido e enaltecido. Em nome da Mesa da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, congratulo-me com a iniciativa da pronúncia sobre a questão que aqui está a ser debatida e enalteço também a forma como decorreu a reunião do Conselho de Ilha na passada quarta-

feira. É muito salutar quando se pode discutir aberta e livremente, expondo todas as hipóteses e respeitando as diferenças de opinião.

Tem-se falado aqui de promoção mas gostaria de alertar esta Assembleia para um grande problema, já aqui levantado também pelo senhor presidente da Câmara. Hoje pela manhã, pouco depois das 7 horas, numa audição sobre um projeto de resolução do PSD e do CDS-PP, ouvi o senhor presidente da ATA afirmar o seguinte: «Porquê, promover a ilha Terceira?»

Como presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo e em nome da Mesa, quero partilhar convosco a minha enorme preocupação perante uma afirmação destas em plena audição da comissão que estava a apreciar este projeto de resolução, deixando o alerta para que nos mantenhamos atentos, muito unidos e sempre reivindicativos acerca desta matéria.

**Sr. d. m. Carlos Costa Neves** – Pergunto ao senhor presidente da Mesa se entende que se deve proceder agora a uma votação acerca da invasão da Rússia à Ucrânia ou se o faremos noutra ponto da Ordem de Trabalhos. No seguimento das intervenções por parte dos grupos municipais, comprometo-me a fazer um esboço que discutirei com os restantes elementos da Assembleia Municipal, fazendo-o chegar à Mesa da Assembleia devidamente harmonizado, expressando as diversas opiniões e vontades sobre o assunto, incluindo as preocupações manifestadas pelo senhor presidente da Câmara a respeito dos cereais.

**Sr. presidente da Mesa** – Depreendi que o senhor deputado faria chegar à Mesa um texto consensualizado. Podemos passar o assunto para uma fase seguinte, pondo já à votação desta Assembleia, um voto de repúdio perante os factos tristes e lastimáveis da invasão da Rússia à Ucrânia.

Posto à consideração e votação da Assembleia Municipal, o voto de repúdio pela invasão da Rússia à Ucrânia foi aprovado por unanimidade.

## **D – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **1 – DA CÂMARA MUNICIPAL**

**1.1 – Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal relativa à atividade municipal desenvolvida durante o período de 1 de novembro de 2021 a 31 de janeiro de 2022, bem como informação sobre a situação financeira da Câmara. Para apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.**

**Sr. presidente da Câmara** – Apontarei as questões mais relevantes no que diz respeito à atividade da Câmara Municipal neste período que coincide também com a transição de ano do ponto de vista financeiro e orçamental em que a atividade do município decorreu com toda a normalidade.

Apesar das situações anómalas causadas pela pandemia, uma avaliação preliminar e ainda não auditada indica que o ano de 2021 teve uma boa execução na casa dos 92%,

bastante melhor do que a média dos outros anos, e as coisas correram manifestamente bem do ponto de vista material e financeiro. Sem me querer antecipar a um dos pontos da Ordem de Trabalhos de hoje, existe um acréscimo que vai colocar o nosso orçamento na casa dos 32,9 milhões de euros, um número muito simpático e o melhor dos últimos anos, o que nos deixará numa situação bastante favorável. A execução de receitas em 2021 foi muito favorável e coincidiu quase integralmente com as previsões feitas sem qualquer empolamento.

Do ponto de vista do pessoal, creio que se aposentaram duas pessoas neste período, mantendo-se a força laboral relativamente estável. Estão a decorrer os concursos que foram autorizados pela Assembleia Municipal no período anterior, tendo um deles chegado a seu termo com a admissão de uma arquiteta paisagística no quadro da Câmara. Fazendo um balanço global, creio que temos menos um trabalhador em relação ao início do período.

A atividade cultural do período do Natal, infelizmente acabou de uma forma anómala. Tínhamos um conjunto de atividades previstas, a parte do Natal ainda decorreu com relativa normalidade mas fomos obrigados ao cancelamento quase integral de tudo o que tinha a ver com o fim do ano, dado o surgimento de um surto de Covid-19. A atividade cultural ficou bastante prejudicada e assim continuou porque a intensidade do surto foi de tal forma, que obrigou a medidas de controlo no acesso aos espetáculos. A maioria das pessoas não estava disposta a fazer um teste para ir ao cinema ou assistir a outro espetáculo qualquer, por isso acabámos por cancelar uma boa parte da programação cultural nesse período. Neste momento estamos numa fase de retoma, embora relativamente lenta porque o surto de Covid-19 ainda não nos deixou integralmente, apesar de algum alívio nas regras.

No que respeita à preparação do resto do ano e como foi já aqui dito pelo senhor vice-presidente, a preparação das Sanjoaninas está a seguir o seu curso com a normalidade possível, embora pare sempre uma sombra de incerteza sobre tudo isto, da mesma maneira que julgámos que teríamos uma passagem de ano normal e vimos o que aconteceu. Aparentemente, é menos provável que aconteça o mesmo daqui em diante, mas há que manter sempre uma reserva em relação ao futuro com um planeamento B porque as coisas podem mudar de repente, o que tem acontecido com uma rapidez impressionante.

No que diz respeito à vertente das obras, as coisas têm decorrido também com a normalidade possível. A maior parte das obras tem sofrido atrasos consideráveis com a falta de trabalhadores, porque alguém acusou positivo à Covid-19, seguindo-se toda aquela reação em cadeia.

As obras das piscinas municipais são as mais complexas devido à necessidade de substituição integral dos vãos, do teto, de toda a maquinaria e dos equipamentos, restando as paredes e pouco mais. Se não houver atrasos, estimamos poder abrir as piscinas ao público já nas próximas semanas. Há questões técnicas e de montagem de equipamentos eletromecânicos que dependem de certas pessoas mas teremos umas piscinas praticamente novas onde foi feita a substituição de portas, janelas, isolamentos térmicos, tetos, maquinarias, equipamentos, etc.

Temos mais duas obras de alguma complexidade que também se aproximam do seu termo. Refiro-me à substituição dos pisos dos campos de jogos da Ribeirinha e de S. Mateus

que dependiam de equipas vindas do exterior e de uma fábrica localizada em Espanha. Os campos estão quase praticáveis mas há questões de acertos que ainda não estão totalmente resolvidas.

Quanto às obras de natureza rodoviária, temos duas grandes frentes de trabalho a decorrerem com razoável normalidade, uma na freguesia das Cinco Ribeiras, a outra no Posto Santo. Aqui em Angra, a frente de trabalho decorre diante do Seminário e está também a aproximar-se do fim. O objetivo é continuar com uma intervenção pela Ladeira de S. Francisco acima, o que se torna muito complexo devido ao que está a acontecer ali ao pé de S. Rafael, visto que vamos colocar mais um entrave em cima de uma cidade que está já completamente encravada.

A outra obra de grande dimensão muito invisível, é a dos Copins, um lugar ali em S. Bento, onde tínhamos extravasamentos e grandes problemas sempre que chovia. Esta obra tem a ver com a intervenção que está a ser feita ali mais acima numa repartição de trabalhos entre o Governo Regional e a Câmara Municipal. Um dos troços que o Governo Regional tem que resolver é aquele junto a S. Rafael que originou as consequências de trânsito que todos conhecemos. A intervenção no troço dos Copins que é da responsabilidade da Câmara, implica o corte de uma rua com grandes dificuldades de acessibilidade a quem lá vive por não ter saída, mas estamos a tentar navegar por isto o melhor possível. Esta é uma obra essencial porque temos ali dois ou três extravasamentos todos os anos com custos muito elevados e grandes dificuldades para quem ali mora. Será criada ali uma ponte de grandes dimensões e se a ribeira voltar a entupir, acontecerá mais abaixo, mas estamos a tentar resolver o problema até ao mar.

Temos vindo a introduzir algumas melhorias em edifícios municipais e estamos neste momento a iniciar um processo de concentração de todos os serviços nas instalações do parque industrial. Tínhamos três edifícios na zona das avenidas, um deles foi trocado por este aqui atrás e agora existe lá um hotel. O outro está cedido à Cruz Vermelha e o terceiro, o chamado edifício das águas, está em vias de ser também disponibilizado com o objetivo de cumprirmos uma das questões que consta no nosso programa eleitoral, ou seja, a criação de um centro empresarial.

Estamos a desencadear os procedimentos no sentido de concentrarmos toda a atividade oficial e de manutenção da Câmara nas instalações que foram adquiridas no parque industrial no mandato passado, o que nos permitirá uma grande poupança de custos porque passaremos a ter um armazém e uma gestão única, libertando um espaço que não é de desprezar e poderá ter outra utilização no fomento da nossa economia.

Finalmente, gostaria de comunicar que o município já adquiriu uma parte substancial dos terrenos do Fanal, aqueles cerrados que ainda restam por detrás do forno da cal, o equivalente a cerca de 2/3 daquela área. Fez-se já a respetiva escritura, o que vai permitir criar uma zona de lazer onde se podem montar os carroceis, dispondo também de um relvado onde as pessoas se possam sentar a olhar o pôr-do-sol. Falta-nos ainda adquirir três cerrados pertencentes a dois proprietários mas o município é já dono de cerca de 60 ou 70% daquela área.

Ainda neste processo, adquirimos praticamente toda a zona da Matela ali por cima da Terra Chã, faltando apenas uma parcela. Estes cerca de 22 hectares de terreno servirão para cumprirmos um outro objetivo do nosso programa eleitoral que é a criação de um jardim botânico e mais um ponto de interesse para quem visita a ilha. Foi estabelecido um pré acordo com a universidade dos Açores no sentido de darem assistência técnica na gestão da vegetação, remoção de infestantes e plantio para se dar outro enquadramento àquele espaço, uma matéria que teve um bom desenvolvimento nestas últimas semanas.

**Sr. d. m. Nuno Melo Alves** – As condições do solário do Fanal não têm suscitado muitas queixas mas parece-me haver a necessidade de algumas intervenções de recuperação do pavimento da zona da Silveira, visto que estamos a cerca de quatro meses do início da época balnear. Chamo ainda a atenção para as marcações que estão muito ténues e pouco visíveis naquela subida da primeira para a segunda rotunda em que o estacionamento começa a ficar um pouco desordenado e caótico.

No Período de Antes da Ordem do Dia falou-se aqui das dificuldades do trânsito provocadas pelas obras em curso que neste momento cercam a cidade e gostaria de adicionar mais uma que é a interrupção do trânsito entre a igreja do Posto Santo e a zona de Santa Luzia. Com o encerramento da rotunda da antiga AIC e os bloqueios nos circuitos de trânsito à volta da cidade, a opção de acesso pelo Posto Santo ao lado poente do concelho não é viável, obrigando os condutores a deslocarem-se à Terra Chã para depois regressarem à zona do hotel do Caracol e às áreas circundantes onde os circuitos estão também condicionados com o trânsito em sentido único, tornando ainda bastante complexo, por exemplo, o acesso à escola Tomás de Borba.

Tendo em conta que, parte das obras em curso não são da responsabilidade da Câmara Municipal, as situações de trânsito devem ser melhor articuladas com as respetivas instituições. Sabemos que nem sempre é possível controlar os atrasos, por isso é conveniente uma melhor organização e coordenação prévia do trânsito antes do início das obras.

A Câmara Municipal anunciou há uns anos que estaria a realizar um estudo de trânsito no tempo em que eu desempenhava as funções de vereador, mas não houve consequências da apresentação desse estudo, o que me leva a deixar aqui uma ressalva em jeito de preocupação em relação à ideia da central de camionagem, temendo que venha a acontecer ali algo semelhante aos encaminhamentos da SATA Internacional para a SATA Air Açores em que, em teoria, se faz a distribuição de 200 passageiros por quatro aviões mais pequenos de 60 lugares para os encaminhar para as outras ilhas, o que, como esta Assembleia bem sabe, não funciona na prática. É preciso ter alguns aspetos em atenção para que o resultado prático obtido não seja o oposto do desejado, na medida em que o comodismo acaba sempre por falar mais alto.

**Sr. presidente da Câmara** – Infelizmente, esta questão complicou-se bastante nos últimos tempos. Tradicionalmente, fazíamos a limpeza e procedíamos a arranjos nas zonas à beira-mar e no ano passado, a pedido da Junta de Freguesia de S. Pedro, removemos umas pedras que o mar tinha trazido para dentro daquela pequena zona de banhos na Vila Maria. Para espanto meu, esta semana recebemos um processo de contraordenação remetido pelo

Governo Regional porque tínhamos feito uma obra ilegal à beira-mar. Isto é extraordinário e provavelmente vamos retirar-nos dessas tarefas porque, aparentemente, o Governo quer passar a limpar as coisas sozinho.

Doravante, e visto que é dono da beira-mar, vamos deixar que o Governo assuma todas estas questões, até porque não houve qualquer obra, apenas foi lá uma máquina retirar as pedras que o mar tinha transportado para dentro como acontece todos os anos, o que deu origem a um processo de contraordenação e uma linguagem verdadeiramente desagradável quando, teoricamente, as instituições devem primeiro comunicar entre si. Não é que a situação seja muito preocupante, porque estamos um bocadinho acima destas questões, mas foi aqui demonstrado um espírito que vai ter influência na próxima época balnear. Não haverá mais obras feitas pela Câmara e terão que se queixar a quem acha que levanta processos de contraordenação a quem faz a limpeza à beira-mar.

A situação da central de camionagem é complexa e implica uma reestruturação global das rotas de transportes nesta alargada bacia urbana no sentido de se evitar que aconteça uma das minhas grandes preocupações e aquilo que muito bem referiu o senhor deputado Nuno Melo Alves. Para que não haja constantemente um monte de gente à espera na central de camionagem, antes de ali chegarem, os autocarros passarão pelo principal gerador de tráfego que é o hospital, deixando ali uma percentagem muito razoável de passageiros, escusando vir ao centro da cidade como acontece com a atual estrutura de transportes. Por outro lado, a criação de mais algumas ligações ponto a ponto, tenderá a retirar passageiros dos autocarros maiores.

À exceção dos horários escolares, os autocarros de 70 lugares circulam habitualmente com um reduzido número de passageiros, não havendo grande risco de descarregarem ali muita gente. Tirando os jovens que vão para os liceus, infelizmente não há grande afluência aos transportes públicos, mas a experiência o dirá e veremos o que fazer.

As acessibilidades à cidade são uma grande preocupação no momento mas ninguém coloca em causa a necessidade da realização destas obras. Contudo, aconteceu algo que não estava previsto porque se tinha falado no encerramento de uma via de cada vez na rotunda e ontem cortaram tudo, o que levou a um fenómeno que não estava previsto no horizonte da Câmara ou das Obras Públicas. Pelo que percebi, era suposto intervir-se primeiro no lado de cima e só depois se passaria para o lado de baixo, mas acabaram por esventrar fisicamente a via, por isso haverá uma reunião o mais rapidamente possível no sentido de se encontrar alternativas.

Esta situação vem levantar um outro problema que tem a ver com o acesso de emergência ao hospital pelo Cano Real no lado norte, cuja questão antiga foi objeto de diversos acordos feitos com vários governos. Houve uma reunião entre a Câmara e o Secretário Regional com competência na área da saúde do atual Governo no sentido de se encontrar uma solução, mas o tempo vai passando e as coisas não acontecem.

Esta é a segunda vez que temos uma crise em torno deste acesso. A primeira situação aconteceu com consequências muito gravosas devido às grandes inundações de 2015 que isolaram literalmente o hospital como uma ilha. Felizmente, não houve nenhuma emergência naquele período mas, durante algumas horas, não se chegava ao hospital por lado nenhum.

Neste momento existem grandes restrições no acesso ao hospital, particularmente para quem vier da Praia da Vitória, e a solução ideal é o arranjo da via do Cano Real. A Câmara manifestou disponibilidade para colaborar com o Governo Regional mas precisamos de reestabelecer um dos vários acordos que já existiram no sentido de se fazer uma obra com alguma urgência para que se possa entrar diretamente nas traseiras do hospital pela Ladeira da Pateira devido à situação que agora vivemos, em caso de emergência ou sempre que o trânsito na Circular seja cortado devido a um acidente grave. Por uma questão fundamental de segurança, o hospital tem que ter um acesso independente da Circular, o que passa pelo arranjo daquela via que será utilizada sempre que algo o justifique.

Quem vier do lado leste da ilha vê-se impedido de circular pelo Posto Santo devido à obra que está a decorrer no Espigão e condiciona fortemente o acesso porque é preciso esperar que a máquina se desvie, o que apenas funciona para os moradores ou para o pequeno tráfego mas não resulta se encaminharmos para ali todo o tráfego da zona leste da ilha.

Neste momento a situação é calamitosa mas a coordenação é possível porque, segundo o código da estrada, a Câmara Municipal tem a competência da regulação do trânsito também nas vias regionais. Tanto assim é, que as Obras Públicas pediram autorização à Câmara para fazerem aquela obra, o que fiz de boa-fé anteontem porque me disseram que a situação era muito urgente, mas afinal não estava a ser cumprido um dos requisitos previamente estabelecidos que era o corte de uma via de cada vez. A culpa é minha porque achei que se estava a cumprir um acordo, mas deveria ter olhado para aquilo com outros olhos. Agora temos um problema sério que, provavelmente, nos obriga a atrasar o arranque das obras da Ladeira de S. Francisco, caso contrário, só de helicóptero é que se consegue atravessar esta zona.

Aquela frente de obra que está a decorrer no Espigão é para continuar, descendo pelo Espigão Velho até à Boa Hora, e se continuarmos por aí sem abrir aqui, ficamos com um condicionamento de trânsito absolutamente inaceitável. Comprometo-me a fazer o melhor trabalho possível, assumindo desde já a minha cota de responsabilidade neste processo porque deveria ter olhado melhor para aquilo. Esperemos que, nos próximos dias se encontre uma solução mitigadora do problema mais sério neste momento que são as acessibilidades ao hospital.

**Sr. vereador Paulo Lima** – Muito bom dia senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara e caros colegas vereadores, senhores deputados municipais.

Há cerca de duas semanas foi feito um levantamento das necessidades de intervenções nas diversas zonas balneares e identificámos várias lacunas no pavimento do solário da Silveira. Está prevista uma repavimentação total de alguns troços, à semelhança do que se fez no solário do Negrito onde vamos aproveitar para colocar o betão que está em falta.

Juntamente com a empresa que contratámos, foram feitas visitas para a criação dos mapas de quantidades para que o processo de contratação e lançamento das empreitadas decorra o mais rapidamente possível. Posso dizer que estamos em condições de iniciar os



devidos procedimentos de arranque das obras para que tudo fique em ordem na próxima época balnear.

**Sra. d. m. Marília Vargas** – Gostaria de congratular a Câmara Municipal pela abertura do centro de testagem à Covid-19 no Parque Multissetorial da Vinha Brava no final de dezembro de 2021 e início de janeiro de 2022, uma iniciativa muito importante para os angrenses que contou com o apoio da Cruz Vermelha que disponibilizou os testes e os profissionais de saúde e foi financiada pela Câmara Municipal no valor de cerca de 42 mil euros, tendo-se realizado 3 499 testes. Tratou-se de uma medida muito importante numa altura de festividades em que se conseguiu conter a propagação do vírus, permitindo às famílias festejarem em segurança. Dou mais uma vez os parabéns à Câmara Municipal por esta iniciativa.

**Sr. d. m. Carlos Costa Neves** – Pedido desde já auxílio ao senhor presidente da Assembleia e também ao senhor presidente da Câmara, caso me falte alguma informação em relação à questão aqui levantada sobre a zona de banhos da Vila Maria, percebo algum desconforto que possa existir da parte do senhor presidente da Câmara, visto que a situação envolve entidades governamentais e a Câmara Municipal. Bastará falar com o senhor presidente da Câmara ou será necessário algum tipo de requerimento para ter acesso a esse processo?

Esperando que a situação não se repita na baía de Angra e supondo que nada tenha a ver com o problema anterior, parece-me ter havido ontem ali alguns sinais de lixo, uma situação qualquer de ordem ambiental, por isso gostaria que o senhor presidente da Câmara me desse alguma informação.

**Sr. presidente da Câmara** – O senhor vice-presidente da Câmara tem o documento a seu cargo e acabei de lhe pedir que o fosse buscar para que seja entregue nos próximos minutos.

A questão de lixo flutuante referida pelo senhor deputado é um problema global no oceano Atlântico e não apenas aqui. Sempre que há ventos provenientes dos quadrantes sul ou sueste, seja verão ou inverno, acabamos por ter lixo aqui encalhado. Uma parte tem origem na ilha e é transportado pelas ribeiras depois de grandes chuvadas, desde os flutuantes inócuos como as canas e outros resíduos que fazem parte da natureza mas, infelizmente, aparecem também sacos e bocados de plástico, sandálias e outros objetos.

Após um conjunto de análises feitas ao lixo que dá à costa, verificou-se que a maior percentagem não tem origem no nosso arquipélago. Estamos a falar de resíduos, essencialmente plásticos, que ficam a flutuar anos a fio e as correntes oceânicas acabam por fazê-los encalhar na ilha, o que acontece com grande frequência. Este é o lixo composto por macro objetos, aqueles que conseguimos ver mais facilmente, mas há partículas de plástico dificilmente visíveis a olho nu. Quando está sol, vê-se uma espécie de poalha que são os micro plásticos que brilham na água. O oceano está cheio disso. São milhões de toneladas desse material que flutuam no mar e vêm parar à baía de Angra sempre que temos vento deste lado. Durante o verão temos um sistema mais cuidado em que alguém faz a limpeza por volta das 7h30 da manhã e o lixo é menos visível quando o cidadão comum ali chega. Como não

temos a época banhar a funcionar nesta época do ano, há menos assiduidade na limpeza e o lixo vai-se acumulando.

Temos o nosso litoral cheio de lixo em qualquer época do ano. Se formos para zonas de difícil acesso, vemos a quantidade que se vai acumulando ao longo dos anos. Cada vez que há uma tempestade, o recuo das ondas faz com que o lixo fique preso nas rochas. Se visitarem qualquer ponto desta ilha, mesmo o local mais inacessível, vão encontrar plásticos e outros materiais trazidos pelo mar.

Conseguimos identificar rapidamente o material que é de cá, como as canas e outros detritos orgânicos transportados pelas ribeiras, mas há uma imensa quantidade de lixo que vem, sabe-se lá de onde. A maior parte será proveniente das Caraíbas porque é daí que vem a maior parte do lixo que aqui chega. Não sei se o senhor deputado se lembra, mas as pessoas costumavam encontrar as chamadas «favas do mar» que são frutos de uma planta das Caraíbas, a *Entada Scandens*, que tem um fruto que flutua. Às vezes encontram-se cocos encalhados por aí que, de alguma maneira, são a assinatura do que vem das Caraíbas, mas a grande maioria do lixo é material plástico.

*Não se verificando mais intervenções, a Informação da Atividade Municipal foi considerada apreciada. (1/2022/AMAH).*

**1.2 – Primeira revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal para 2022, onde foram inscritos os valores de 4 839 576,34 € do saldo de gerência anterior. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos da alínea a), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.**

**Sr. presidente da Câmara** – Esta revisão tem acontecido por esta altura nos últimos anos e resultou também da alteração da legislação sobre a gestão financeira das autarquias que passou a autorizar a transição para o ano seguinte antes da aprovação de contas, do dinheiro da Câmara que está à ordem nos bancos, o que nos permite alguma flexibilidade porque estas verbas não ficam imobilizadas por quatro meses como habitualmente acontecia.

O que estamos aqui a fazer é a primeira alteração ao orçamento com a inscrição de cerca de 5 milhões no orçamento deste ano, o que nos coloca no valor de 32,9 milhões de euros de orçamento total. Lembro que uma boa parte deste dinheiro está comprometido com obras que estão em curso que, por qualquer razão, não tiveram a sua execução plena no ano que agora termina. Não há dinheiro novo, apenas a transição em simultâneo da receita e da despesa que, por essa via, vêm engrossar o orçamento deste ano. Isto leva-me a dizer-vos com algum gosto que, como se pode ver, a situação financeira do nosso município está sólida.

Temos um orçamento muito maior do que o dos anos anteriores porque, entretanto, aconteceu também a internalização dos Serviços Municipalizados e este orçamento corresponde ao que era a tradicional soma do orçamento da Câmara com o orçamento dos SMAH, por isso passámos da casa dos 23 ou 24 milhões de euros para os 32,9 milhões.

Sendo aprovado o orçamento de Estado como estava anteriormente previsto, a boa notícia é que poderemos vir a receber mais cerca de 5 milhões de euros, o que nos fará

aproximar dos 40 milhões de euros de orçamento no fim do ano, não significando que podemos esbanjar dinheiro, antes pelo contrário, temos que manter uma gestão rigorosa dos fundos sem nenhuma particular preocupação.

Recordo que a dívida própria do município anda na casa dos 3 milhões de euros, dos quais, cerca de 1,2 milhões serão pagos ao longo deste ano de 2022. A outra dívida relacionada com os bairros sociais, que é da responsabilidade do Governo Regional, tem vindo também a ser paga dentro da normalidade.

Resumindo, esta revisão orçamental que hoje vos apresento visa essencialmente fazer a transição de projetos e do respetivo dinheiro para o orçamento deste ano para que as obras possam seguir o seu normal desenvolvimento, não alterando em nada a estrutura orçamental que foi aprovada por esta Assembleia no final do ano passado.

**Sr. d. m. Nuno Melo Alves** – Apenas quero sublinhar o que foi dito pelo senhor presidente da Câmara, lembrando que não há dinheiro novo, são verbas que transitam para o ano seguinte por falta de execução de um orçamento, ou seja, a «não execução» é a palavra-chave.

*O documento constante do Ponto 1.2 foi aprovado por maioria com 30 votos a favor (21 do PS e 9 do PSD) e 8 abstenções (5 do PSD e 3 do CDS-PP). (2/2022/AMAH).*

### **1.3 – Primeira alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para 2022, tendo em vista a introdução dos seguintes postos de trabalho:**

- **Unidade de Urbanismo e Infraestruturas Municipais:** 1 fiscal técnico de obras.
- **Unidade de Águas e Manutenção de Vias:** 1 técnico superior (área de engenharia civil - ramo hidráulica).

**Para deliberação do órgão deliberativo municipal nos termos da alínea o), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.**

**Sr. presidente da Câmara** – Houve a necessidade de se fazer esta alteração que não é comum, porque estas coisas são feitas habitualmente aquando da aprovação do orçamento, mas houve dois acontecimentos que motivaram estas situações. Temos um fiscal que é imprescindível ao município por ser o mais especializado na área das obras, que anunciou a sua intenção de pedir a aposentação antecipada e o exercício das funções de fiscal municipal requer uma certificação que demora pelo menos seis meses a obter. Admitindo a falta de candidatos com essa certificação, teremos que formar a pessoa, o que não acontecerá em menos de um ano, razão pela qual, a Câmara tomou a opção de vos pedir a título excecional que se autorize esta vaga.

A segunda vaga tinha sido autorizada pela Câmara mas foi extinta por erro na preparação dos documentos do orçamento deste ano. Esta Assembleia autorizou no outro ano, a contratação de um engenheiro na área da hidráulica mas a vaga não foi preenchida e deveria ter sido mantida na transição para este ano. Como é costume, na habitual limpeza que se faz no quadro, extinguindo todas as vagas não preenchidas, acabou por se eliminar

também acidentalmente esta vaga que era necessária e tinha sido autorizada no orçamento de 2021, razão pela qual, estamos a pedir a sua reabertura.

*O documento foi aprovado por maioria com 25 votos a favor (22 do PS e 3 do PSD) e 8 abstenções (5 do PSD e 3 do CDS-PP). (3/2022/AMAH).*

#### **1.4 – Regulamento de Insígnias e Medalhas Municipais de Angra do Heroísmo. Para aprovação do órgão deliberativo municipal nos termos da alínea g), n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro.**

**Sr. presidente da Câmara** – Esta proposta surge na sequência de um compromisso assumido pela Câmara no ano passado aquando da aprovação da concessão das medalhas e insígnias a um conjunto de personalidades. Na altura foi referida a necessidade de introdução de alguns limites porque o número de concessões começava a tornar-se muito elevado, levando ao risco de uma certa vulgarização da atribuição dessas honras.

O regulamento que está em vigor data de 2001, sofreu uma alteração em 2015 e serão agora estabelecidos esses limites, além da introdução de algo que é já prática comum na atividade municipal que é a atribuição dos diplomas de honra aos alunos que se distinguem nas escolas e a outras personalidades. Fica também consagrado no regulamento que os diplomas são assinados simultaneamente pelo presidente da Assembleia e pelo presidente da Câmara. De resto, há apenas alterações de forma que resultam da necessidade de fundir num só, os dois documentos que estavam em vigor.

Não serão estabelecidos limites à atribuição das chaves de honra da cidade, o que apenas acontece em circunstâncias muito excecionais. A chave de honra foi atribuída apenas uma vez nos últimos oito anos na despedida do senhor bispo cessante, D. António de Sousa Braga.

Estabelecemos o limite de uma medalha de honra por ano, que deve ser atribuída de forma excecional em situações de elevada dignidade, e haverá também um limite de cinco medalhas de mérito municipal, uma por cada uma das cinco categorias, com a possibilidade de atribuição de duas medalhas numa só categoria num máximo de cinco. Quanto à medalha de bons serviços municipais que se destina aos funcionários da Câmara, das juntas de freguesia e da TERAMB, estipulámos o limite de três, pondo a hipótese de, algum dia, um senhor presidente de junta de freguesia pretender propor a atribuição da medalha a um dos seus funcionários. O objetivo é que a Câmara mantenha a tradição de atribuição de duas medalhas, deixando uma em aberto para ser atribuída por outra das entidades elegíveis com a aceitação da Assembleia Municipal.

**Sra. d. m. Cláudia Cardoso** – Boa tarde senhor presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhoras e senhores vereadores, senhores membros da Assembleia Municipal.

O grupo municipal do Partido Socialista está de acordo com a generalidade destas alterações por entendermos que as insígnias municipais devem ser distintivas e tendencialmente exclusivas e a falta de limites na atribuição de medalhas que se verificava

desde 2001, tendia à possível banalização daquilo que deve ser uma verdadeira distinção. Contudo, chamo a atenção para duas notas na especialidade, uma delas no ponto n.º 1 do artigo 15.º em que a redação anterior dizia: «*Quando se tratar de pessoas singulares, recomenda-se sempre a sua presença física.*» Deduzo que a intenção da Câmara Municipal é retirar o «sempre» mas mantém aqui o tracejado...

**Sr. presidente da Câmara** – O tracejado significa que a palavra deveria ter sido removida. É uma questão de redação.

**Sra. d. m. Cláudia Cardoso** – Uma outra questão tem a ver com a persistência na distinção do género, ou seja, existe uma para os senhores e outra para as senhoras, algo que talvez fizesse sentido se estivéssemos no século XIX ou no início do século XX.

Nos tempos em que vivemos, o discurso deve ser tendencialmente proativo na igualdade do género. O que estas medalhas ou insígnias valorizam é a personalidade, a obra e o seu mérito, nada tendo a ver com o género da pessoa, mas com os feitos valorosos que a terão levado a ser considerada capaz de receber esta atribuição. Parece-nos algo anacrónico, por isso recomendamos uma alteração mais consentânea com o tempo em que vivemos.

**Sr. presidente da Câmara** – Quanto à sua primeira observação, trata-se de um erro técnico em que a palavra «sempre» deveria ter sido eliminada, mas devem desconsiderá-la porque não consta na proposta.

No que diz respeito à distinção das medalhas, tive a oportunidade de consultar os senhores membros da Câmara e não há nenhum óbice à eliminação de uma das versões, mantendo-se aquela que melhor interessar. Não tinha olhado atentamente para isso e há pouco é que reparei que a medalha dos senhores tem um quadrado e a das senhoras tem um lacinho. Se preferirem, podemos manter a do quadrado, ficando todas iguais. Tanto faz.

*Posto à votação, o documento constante do Ponto 1.4 foi aprovado por unanimidade com as alterações propostas em Assembleia Municipal. (4/2022/AMAH).*

### **1.5 – Estratégia Local de Habitação. Para aprovação do órgão deliberativo municipal nos termos da alínea h), n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro.**

**Sra. vereadora Fátima Amorim** – Boa tarde senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara e senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

A Câmara Municipal preparou a sua estratégia local de habitação que, no fundo, é um documento estratégico que permite ao município identificar e apontar soluções para fazer face às situações de carência existentes no concelho. Estabelecemos uma parceria muito importante com as juntas de freguesia e com a Direção Regional da Habitação que nos permitiu tomar conhecimento do número exato das carências habitacionais existentes no nosso concelho, tendo sido identificados 738 agregados familiares que vivem em situação de carência, envolvendo 2 174 pessoas. Após um trabalho levado a cabo com as entidades com

quem temos parcerias, foram apontadas soluções que nos permitirão reabilitar as habitações que necessitam de uma intervenção. Foram também identificadas algumas habitações do concelho que poderão ser arrendadas a pessoas em situações de carência.

Depois de aprovada em Assembleia Municipal, a Câmara apresentará uma candidatura ao IHRU (Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana) no sentido de beneficiar de apoio no âmbito do 1.º Direito e do PRR com vista à reabilitação de 448 habitações sociais do município, assim como um conjunto de habitações sociais das juntas de freguesia e de algumas particulares.

Temos um investimento de mais de 92 milhões de euros que envolverá uma candidatura ao 1.º Direito, além de um conjunto de ações complementares, algumas já implementadas, como é o caso do regulamento para a melhoria das condições de habitação disponibilizado pelo município a quem tenha problemas estruturais nas suas habitações, podendo assim beneficiar de apoio para a realização de obras. Estão também incluídos nesta estratégia do município, todos os apoios governamentais disponíveis para as pessoas que vivam em situação de carência e com dificuldades financeiras.

Será constituída uma equipa multidisciplinar ao nível do município para fazermos um trabalho de proximidade com as populações, realizando reuniões em todas as freguesias do concelho para darmos a conhecer os benefícios das medidas que as pessoas terão à sua disposição. Faremos ainda um trabalho de monitorização da estratégia que será implementada de imediato através da candidatura ao IHRU, o que nos permitirá daqui a um ano, proceder a algumas alterações que venham a ser necessárias.

Estão assim tipificadas as várias carências habitacionais ao nível da precariedade, sobrelotação, inadequação, insegurança e insalubridade e os 738 agregados familiares foram distribuídos por tipos de carências consoante as situações em que viviam.

**Sra. d. m. Luísa Lourenço** – Após leitura da estratégia local de habitação apresentada por esta Câmara Municipal, gostaria de referir que consideramos tratar-se de um documento muito bem estruturado com uma apresentação clara e objetiva no que diz respeito às situações habitacionais indignas no concelho. Não só se identificam essas situações, como são também apresentadas propostas específicas de aplicação de medidas para a sua resolução. A única questão que coloco é relativa à previsão da data de implementação dessas medidas, tendo em conta que estão já previstos e mencionados no documento, os investimentos para o ano 2022.

**Sra. vereadora Fátima Amorim** – Após a aprovação em Assembleia Municipal, da Estratégia Local de Habitação, faremos de imediato a candidatura ao 1.º Direito e ao Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana. Começaremos a trabalhar na implementação das várias medidas imediatamente após a assinatura do contrato com o IHRU porque temos prazos a cumprir para beneficiarmos de um financiamento a 100% do PRR. Temos que concluir as medidas que estão no âmbito do 1.º Direito até junho de 2026, por isso vamos começar já em 2022 a implementar a estratégia através também das medidas complementares já existentes.

Temos notado por vezes, que as pessoas que se deslocam à Câmara Municipal para pedirem ajuda em termos de habitação social, desconhecem muitas das medidas de apoio

disponíveis por parte do Governo Regional e da própria Câmara Municipal, por isso há também aqui um trabalho a fazer por parte dessa equipa que vamos constituir ao nível da Câmara no sentido de esclarecer as pessoas, encaminhando-as também para as entidades que as podem ajudar.

Temos vindo a desenvolver e vamos dar continuidade a um grande trabalho de proximidade e articulação com a Segurança Social que tem ajudado a resolver muitos problemas de carência social e de habitação e vamos começar já a trabalhar na candidatura para a reabilitação das habitações, resolvendo também as situações de casas devolutas em diversas freguesias do concelho com vista ao seu arrendamento por parte do município e o subarrendamento a quem esteja em situação de carência habitacional.

Começámos no início de fevereiro com uma equipa da Câmara, um trabalho de averiguação ao nível das condições de habitação e das muitas obras que são necessárias nas habitações sociais da Câmara, além de um levantamento acerca do número de pessoas dos agregados familiares e do excesso de animais que, muitas vezes, existe nessas habitações. Estas ações permitir-nos-ão desenvolver de forma mais rápida todo o trabalho necessário no âmbito do 1.º Direito.

**Sra. d. m. Mónica Rocha** – Boa tarde senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados.

É com satisfação que acompanhamos esta medida, acreditando tratar-se de uma proposta de extremo valor, um projeto bem feito que valoriza e identifica as necessidades. Como sou da área social e trabalho nesta zona urbana, no Lameirinho e na Conceição, posso dar também um contributo pessoal. Existem realmente aqui dados muito preocupantes com a identificação de 738 agregados familiares em situação de carência e 654 agregados com falta de condições de salubridade e segurança.

Reforço que há efetivamente muitas pessoas à margem dos projetos e dos programas já existentes de apoio à habitação, por isso acreditamos que esta é mais uma medida complementar que vem criar soluções para um problema muito dramático, uma estratégia fundamentada num bom plano de levantamento das necessidades. Valorizamos muito esta equipa multidisciplinar que vai permitir um acompanhamento deste projeto ao longo do tempo, destacando também as ações e responsabilidades das entidades e parceiros associados, sendo realmente necessária uma comunicação e colaboração de proximidade entre todos com vista a uma resposta profícua, efetiva e consequente.

Com esta monitorização podemos encaixar, alterar ou adaptar estratégias de futuro consoante a identificação de novos problemas que possam surgir ao longo do tempo. Este é um plano muito importante que fará toda a diferença para os angrenses porque valida e procura dar resposta a uma problemática muito preocupante.

**Sr. presidente da Câmara** – Apenas para comunicar à Assembleia que esta é a única participação do município no PRR. Infelizmente, os nossos congéneres do continente têm um conjunto de acessos que não temos, o que se reflete claramente na nossa capacidade de intervenção.

Graças a um bom entendimento que houve numa reunião entre a Câmara e a senhora Secretária de Estado da Habitação, foi possível alargar aos Açores a aplicação desta medida. Neste aspeto estamos em igualdade de circunstâncias com os municípios do continente mas estamos a concorrer aos fundos do continente e não aos fundos da região, o que nos coloca numa situação desfavorável noutras áreas, que esperamos ver alterada.

A procissão ainda vai no adro no que respeita às questões de elaboração das regras do quadro comunitário, por isso espero que seja ainda possível chegar-se a algum lugar. Ainda bem que assim é mas estamos a entrar por uma via menos comum.

Após votação, o documento constante do Ponto 1.5 foi aprovado por unanimidade. (5/2022/AMAH).

#### **1.6 – Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil. Para aprovação do órgão deliberativo municipal nos termos da alínea h), n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro.**

**Sr. presidente da Câmara** – De acordo com o que está legalmente estabelecido, esta é uma mera atualização quinquenal do documento que está em vigor. Tirando as alterações a que o tempo obriga, o documento nada traz de novo, mantendo atualizados os nossos instrumentos de planeamento de emergência.

**Sra. d. m. Michele Aguiar** – Boa tarde senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados municipais.

As representações das entidades foram alteradas mas o documento que nos foi apresentado mantém os contactos anteriores, o que significa que não foram devidamente atualizados.

**Sr. presidente da Câmara** – Agradeço a sua intervenção. Devem ser feitas as devidas alterações cada vez que alguém é substituído num qualquer cargo, o que não carece da aprovação da Assembleia Municipal, mas vamos proceder a essa atualização, corrigindo também algumas incorreções que existem na representação cartográfica.

**Sr. d. m. Marcelo Pamplona** – Boa tarde senhor presidente, senhoras e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

É com satisfação que vemos o executivo a afinar este regulamento, que está bem estruturado e faz justiça ao ditado «quem vai ao mar, avia-se em terra». Exorto a Câmara Municipal para continuar a atualizar este plano, procedendo também a alguns exercícios que o mantenham exequível com as outras entidades.

O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil foi aprovado por unanimidade. (6/2022/AMAH).



**1.7 – Plano de prevenção de riscos de gestão de corrupção e infrações conexas para 2022. Para aprovação do órgão deliberativo municipal nos termos da alínea h), n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro.**

**Sr. presidente da Câmara** – Estamos também aqui perante uma atualização que é legalmente imposta com o início deste mandato, não havendo nada de novo além das habituais alterações a que o tempo obriga.

*O documento foi aprovado por unanimidade. (7/2022/AMAH).*

**1.8 – Proposta de atribuição de Medalha de Honra do Município de Angra do Heroísmo à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.**

**Sr. presidente da Câmara** – Esta é uma decisão que foi unânime na Câmara Municipal. Trata-se do reconhecimento de uma instituição benemérita fundamental para a nossa segurança que, na próxima semana, celebra o seu centenário.

A atribuição destas insígnias acontece tipicamente mais tarde no dia da cidade a 21 de agosto. Contudo, tendo em conta que se trata da comemoração de um centenário que conta com uma cerimónia pública que decorrerá aqui na Praça Velha no próximo sábado, entendeu a Câmara que deveria antecipar e trazer aqui esta proposta para que a atribuição desta medalha possa ser anunciada na respetiva cerimónia.

Esgotamos assim a quota do ano no que diz respeito à atribuição de medalhas de honra do município mas creio que é bem merecida pelos cem anos desta instituição ao serviço do povo deste concelho e desta ilha. Os bombeiros têm feito um trabalho notável, na sua grande parte, homens e mulheres voluntários que dão do seu tempo para nos servirem a todos.

**Sr. d. m. Carlos Costa Neves** – Intervenho para me associar a esta medalha de honra, reconhecendo os excelentes serviços que os bombeiros voluntários de Angra do Heroísmo têm prestado ao longo de um século. Todos os dias o fazem, todos os dias contamos com eles e estão sempre presentes em momentos específicos do nosso dia a dia. Temos entre nós alguns bombeiros voluntários e não poderia ser mais merecida a atribuição deste galardão como reconhecimento da comunidade e da Câmara Municipal.

**Sr. d. m. Arnaldo Teixeira** – Gostaria de cumprimentar o senhor presidente da Assembleia Municipal doutor Domingos Cunha, o senhor presidente da Câmara professor Álamo de Meneses, os respetivos vereadores e as senhoras e senhores deputados municipais.

Em representação do senhor presidente da Junta de Freguesia de S. Bento e também como representante das freguesias no Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil, gostaria de deixar uma palavra de grande apreço e louvor aos bombeiros voluntários de Angra do Heroísmo pelos seus préstimos na atividade de proteção de pessoas e bens do concelho. Para nós, a atribuição desta medalha de honra traduz-se numa verdadeira justiça e reconhecimento. Um bem-haja aos nossos bombeiros.

A atribuição da medalha em causa foi aprovada por unanimidade. (8/2022/AMAH).

**Sr. presidente da Câmara** – Na sequência desta aprovação unânime que aqui agradeço e enalteço, aproveito para dizer aos senhores membros da Assembleia Municipal que estão convidados para a respetiva cerimónia que ocorrerá no próximo sábado na Praça Velha, na qual será naturalmente anunciada esta deliberação.

**Sr. presidente da Mesa** – Muito obrigado, senhor presidente. Os senhores membros da Assembleia e da Câmara estão convidados para esta cerimónia que decorrerá no próximo sábado às 10h30m na Praça Velha.

**1.9 – Voto de Congratulação a Mafalda Simões Valadão pela consagração como campeã nacional de iniciados do Troféu Dressage Póneis. Para aprovação do órgão deliberativo por escrutínio secreto.**

**Sr. vereador Guido Teles** – Trata-se de uma proposta aprovada por unanimidade em reunião de Câmara para que esta Assembleia reconheça os feitos da atleta Mafalda Simões Valadão pela conquista do título de campeã nacional no troféu de Dressage Póneis que ocorreu em Lisboa no fim do ano passado. É uma conquista que honra o concelho e, na nossa perspetiva, merece o reconhecimento por parte da Assembleia Municipal.

O Voto foi aprovado por unanimidade após votação por escrutínio secreto. (9/2022/AMAH).

**1.10 – Voto de Pesar pelo falecimento de José Caetano Martins (Joaquim Caetano). Para aprovação do órgão deliberativo por escrutínio secreto.**

**Sr. presidente da Câmara** – Este é um voto que apresento com algum sentimento pessoal.

O Joaquim Caetano foi meu vizinho da porta durante a minha juventude, uma pessoa que vivia diante da casa dos meus pais e com quem privei praticamente desde que me conheço. Dedicou uma vida inteira à causa da música, em particular à Filarmónica do Sagrado Coração de Jesus dos Altares e teve um percurso notável de dedicação à causa da cultura, um homem com uma generosidade sem limites. Joaquim Caetano deu por muito tempo, o corpo ao coro da igreja e a tudo o que eram organizações e trabalhos na área da cultura na freguesia. É com um verdadeiro pesar que vos apresento este voto. Muito obrigado.

**Sra. d. m. Luísa Barcelos** – Muito boa tarde senhor presidente da Assembleia e restantes membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e estimados vereadores, senhores deputados municipais.

Queremos associar-nos a este Voto de Pesar. O senhor José Joaquim Caetano deixa um legado ao nível da cultura, não só nos Altares mas também em todas as freguesias à volta. Marcou gerações de músicos, não apenas da Sociedade Filarmónica do Sagrado Coração de Jesus dos Altares, mas também nos Biscoitos. Este Voto de Pesar é óbvio e muito necessário como reconhecimento de todo o seu trabalho.

**Sra. d. m. Cidália Parreira** – Boa tarde Exmo. senhor presidente e membros da Assembleia Municipal, Exmo. senhor presidente da Câmara e senhores vereadores.

É efetivamente verdade, tudo o que consta neste Voto de Pesar apresentado a esta Assembleia, ao qual a Junta de Freguesia dos Altares se associa e agradece por ser um altarense a quem os Altares muito devem.

Quem foi o senhor José Caetano Martins, o senhor Joaquim Caetano, como a gente o chamava. Para além dos factos referidos que caracterizam a sua disponibilidade, dedicação e entrega, era também um grande conhecedor de datas e factos referentes aos Altares, mesmo anteriores ao seu nascimento, por isso era a ele que se recorria para nos avivar a memória. Até nesse aspeto, o senhor Joaquim nos vai fazer muita falta.

A par do que foi já aqui referido, gostaria de acrescentar mais uns aspetos que considero relevantes. O senhor Joaquim Caetano foi escrivão no Cartório Paroquial dos Altares na velhice do Monsenhor Inocêncio Enes, colaborou administrativamente com a Junta de Freguesia dos Altares durante alguns anos e, mais recentemente, foi compositor do hino da freguesia dos Altares. Em suma, não se fazia nada nos Altares na área da cultura, que ele não participasse como atuante ou como cooperante. Muito obrigada.

*O Voto de Pesar pelo falecimento de José Caetano Martins foi aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto. (10/2022/AMAH).*

#### **1.11 – Voto de Pesar pelo falecimento de Luís Pacheco de Melo. Para aprovação do órgão deliberativo por escrutínio secreto.**

**Sr. presidente da Câmara** – Este voto homenageia simultaneamente alguém que também se dedicou em muito à causa pública, em particular às questões da cultura e aos assuntos da sua freguesia de S. Bartolomeu. Foi também um funcionário destacado desta casa, onde teve uma posição de responsabilidade, e o seu falecimento marca de forma negativa este início do ano. O senhor Luís Pacheco de Melo fará, com certeza, muita falta a todos nós.

**Sra. d. m. Marília Vargas** – Conhecia muito bem o senhor Luís de Melo. Era um amigo de família frequentador assíduo lá de casa, um *gentleman* de uma educação extrema, uma pessoa afável que cultivava amizade com um carinho sincero e permanente, um senhor de uma memória extraordinária. Dos amigos, sabia tudo: datas de nascimento, de batismo ou de casamento e fazia empenho de lembrar aos amigos logo à meia-noite e um minuto, a data do acontecimento.

Luís Pacheco de Melo era um grande conhecedor da igreja católica açoriana, sabendo tudo o que se relacionava com datas, protocolos, regras e acontecimentos relevantes, o que lhe valeu, por parte de alguns padres, conhecidos e amigos, o título de «Luís, o católico».

Estava sempre impecavelmente vestido e nunca, em qualquer situação, prescindiu da sua gravata. Expresso aqui os meus sentimentos à família.

**Sr. d. m. Cesário Pamplona** – Boa tarde, senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados municipais.

Não o conheci pessoalmente mas reconheço o trabalho que foi feito pelo senhor Luís de Melo nos anos 80 porque encontrámos na nossa Junta de Freguesia, muito do seu trabalho em manuscritos. Reconheço o seu valor pelo serviço prestado à freguesia e também como funcionário da Câmara Municipal.

Em nome da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu, gostaria de fazer aqui um reconhecimento ao senhor Luisinho de Melo, agradecendo também à Câmara Municipal por esta homenagem.

*O Voto de Pesar pelo falecimento de Luís Pacheco de Melo foi aprovado por unanimidade após votação por escrutínio secreto. (11/2022/AMAH).*

#### **1.12 – Voto de Pesar pelo falecimento de José Gabriel Nunes. Para aprovação do órgão deliberativo por escrutínio secreto.**

**Sr. presidente da Câmara** – Estamos mais uma vez aqui a lamentar o passamento de alguém que deixa um notável serviço público, neste caso como presidente da Junta de Freguesia das Doze Ribeiras. José Gabriel Nunes foi um homem com uma atividade cívica notável ao longo das décadas de 1980 e 1990. Representou muito bem a sua freguesia em tudo o que era atividade cívica e cultural, sendo por isso, merecedor da nossa gratidão e reconhecimento.

**Sr. d. m. Carlos Costa Neves** – Quero, em nome deste grupo municipal, manifestar o apreço pelo trabalho realizado por José Gabriel Nunes, que acompanhei de perto, nomeadamente aquando da recuperação do sismo de 1980. Sabe-se bem o quanto as Doze Ribeiras foram atingidas e o enorme trabalho desenvolvido nessa altura pelos presidentes, por todos os membros das juntas de freguesia e também pelos municípios. Pelo grande apreço pessoal que tinha pela pessoa em causa, quero associar-me inteiramente a esta merecida homenagem.

**Sra. d. m. Sandra Mendes** – Senhor presidente e senhores membros da Assembleia, senhor presidente da Câmara e senhoras e senhores vereadores, muito boa tarde a todos.

Como presidente da Junta de Freguesia das Doze Ribeiras, não podia deixar passar este ponto sem referir o seguinte:

*«O senhor José Gabriel Nunes, o José Caneta como era conhecido, foi um ilustre doze-ribeirense, personalidade interventiva na vida em sociedade, que muito fez pelo desenvolvimento da freguesia das Doze Ribeiras. Pessoa humilde, sempre foi um senhor de causas e por elas se debatia direto e frontal. Amigo do seu amigo, um senhor sempre disponível para ajudar e colaborar com quem mais precisava, empreendedor e sonhador, acima de tudo um homem apaixonado pela sua freguesia e pelo seu crescimento social e cultural.*

*Como presidente da Junta de Freguesia, José Gabriel Nunes dedicou-se de corpo e alma à reconstrução das Doze Ribeiras aquando do sismo de 1980, tendo sido esta freguesia a mais destruída. Tendo perdido também a sua casa, mesmo assim o senhor José trabalhou de igual modo com os restantes habitantes e juntos enfrentaram as dificuldades daquela época.*

*Quem fala daquele tempo, fala do senhor José e da sua station azul carregada de sacas de cimento, de blocos ou de outro material que alguém precisava. Foi ele um dos maiores impulsionadores da construção da sede da Sociedade Filarmónica Rainha Santa Isabel das Doze Ribeiras e da formação de uma banda filarmónica. Juntamente com a sua equipa e com a colaboração dos doze-ribeirenses, conseguiram concretizar o sonho.*

*Em todas as associações por onde passou, deixou a sua marca. Quem, com ele teve a oportunidade de privar e trabalhar, destaca a sua vertente social e humanitária que merece um profundo respeito e admiração de todos, indo muito além das suas funções institucionais.*

*A Junta da Freguesia das Doze Ribeiras, nas comemorações do dia da freguesia em 2021, homenageou o senhor José Gabriel Nunes, atribuindo o seu nome à sala de reuniões do edifício da junta após a recuperação da mesma.*

*O senhor José Caneta foi um homem íntegro que sempre pautou pela seriedade e frontalidade. Sendo estimado por todos, com a sua partida deixou a freguesia das Doze Ribeiras mais pobre mas, com o seu exemplo de vida, deixou-nos um legado. Cito uma frase do livro de notas “Inspira-te” de Mário Caetano: “O legado não é aquilo que deixas para as pessoas; é aquilo que deixas nas pessoas.”» Obrigada.*

*O Voto de Pesar pelo falecimento de José Gabriel Nunes foi aprovado por unanimidade após votação por escrutínio secreto. (12/2022/AMAH).*

### **1.13 – TERAMB, EM – Relatório de Gestão e Contas do 3.º trimestre de 2021. Para conhecimento do órgão deliberativo municipal.**

**Sr. vereador Paulo Lima** – No seguimento dos dois primeiros trimestres do relatório de gestão e contas da TERAMB, cabe-me informar basicamente que continuamos com um resultado líquido positivo de cerca de 323 mil euros. Não foram indicadas quaisquer advertências no relatório dos Revisores Oficiais de Contas, o que me leva a informar com agrado que a TERAMB continua com uma boa saúde financeira e creio que assim se vai manter.

*A Assembleia Municipal tomou conhecimento do relatório constante do Ponto 1.13. (13/2022/AMAH).*

### **1.14 – Relatório de avaliação do grau de observância do Estatuto do Direito de Oposição relativo ao ano de 2021. Para conhecimento do órgão deliberativo municipal.**

**Sr. presidente da Câmara** – Trata-se também do cumprimento de um imperativo legal. Este relatório é referente ao mandato transato da Câmara e da Assembleia Municipal, foi

integralmente cumprido e espelha as obrigações do ponto de vista do respeito pela oposição e pelas suas prerrogativas.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. (14/2022/AMAH).

**1.15 - Listagem para nomeação dos Juizes Sociais do Município de Angra do Heroísmo. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos dos artigos 33.º e 36.º do Decreto-Lei n.º 156/78 de 30 de junho.**

**Sr. presidente da Câmara** – Estamos também aqui a cumprir uma das nossas obrigações, indicando um conjunto de juizes que serão chamados pelo tribunal em função das necessidades e da casuística que for acontecendo. Esta lista é tradicionalmente composta por profissionais ligados à área social com conhecimento das questões sociais do concelho. Quando necessário, estes profissionais são chamados para darem o seu contributo à resolução de problemas que, para além da componente tipicamente judicial, têm também uma componente social em que é preciso uma intervenção, normalmente junto de famílias, na sequência de questões judiciais.

A listagem para nomeação dos Juizes Sociais do Município foi aprovada por unanimidade. (15/2022/AMAH).

## **2 – DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA**

**2.1 – Voto de Congratulação às atletas do Sport Clube Angrense, Elena Furk e Catarina Cardoso, por se terem sagrado vice-campeãs nacionais de Salto em Altura e do Lançamento do Peso, respetivamente, no Campeonato Nacional de Sub-20 de Pista Coberta. Para votação do órgão deliberativo municipal por escrutínio secreto.**

**Sra. d. m. Rita Santos** – Voto de Congratulação:

*«Elena Furk e Catarina Cardoso, atletas do Sport Club Angrense, sagraram-se vice-campeãs nacionais de Salto em Altura e Lançamento do Peso, respetivamente, no Campeonato Nacional de Sub-20 de Pista Coberta.*

*Na prova que decorreu nos dias 12 e 13 de fevereiro em Braga, Elena Furk alcançou o 2º lugar, medalha de prata, após cumprir a marca de 1,57 m no Salto em Altura. Catarina Cardoso alcançou também o 2º lugar, medalha de prata, no Lançamento do Peso, conseguindo a marca de 12,03 m.*

*Importa referir que, tanto Elena Furk como Catarina Cardoso, são jovens atletas de referência sob a coordenação técnica de Leodolfo Correia, tendo já sido premiadas em diversas competições, nomeadamente no Campeonato de Esperanças em janeiro de 2021, alcançando na ocasião, o 3.º e 5.º prémios, respetivamente.*

*O grupo municipal do Partido Socialista propõe à Assembleia Municipal, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação deste Voto de Congratulação, devendo ser dado conhecimento do mesmo às atletas, ao clube e ao treinador.»*

O Voto foi aprovado por unanimidade após votação por escrutínio secreto. (16/2022/AMAH).

**2.2 – Voto de Congratulação a Flávio Cristóvam, cantor e compositor angrense, autor do tema “Setting Sun”, pelo prémio de melhor compositor do ano 2021 atribuído pelo Clube Criativos de Portugal aquando do Festival do Clube Criativos de Portugal. Para aprovação do órgão deliberativo municipal por escrutínio secreto.**

*Sr. d. m. Rogério Sousa – «O grupo municipal do Partido Socialista à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo congratula-se com o prémio “Melhor compositor do ano 2021” atribuído pelo Clube Criativos de Portugal ao cantor e compositor angrense Cristóvam, autor do tema “Setting sun”, no Festival do Clube Criativos de Portugal anunciado no passado dia 28 de janeiro de 2022.*

*Para além do prémio de melhor compositor, o videoclip “Setting sun” arrecadou ainda as classificações “Ouro” na Direção de Fotografia a cargo de Pedro Varela, e “Prata”. O videoclip foi inteiramente rodado no arquipélago em setembro de 2020 com a produção da Blanche Filmes e o apoio do Governo Regional dos Açores.*

*O Clube Criativos de Portugal é uma organização sem fins lucrativos fundada em 1997 que realiza anualmente o Festival de Criatividade em Portugal, cujo objetivo é premiar o melhor que se faz em criatividade comercial em Portugal.*

*Cristóvam, nascido em Angra do Heroísmo em 1988, é um músico e compositor português com mais de dez anos de carreira a solo, iniciando-se como vocalista dos “October Flight” e seguindo a solo anos mais tarde, quase sempre dentro de sonoridades próximas do acústico e da música folk. É conhecido no mundo como o autor do hino da pandemia da Covid-19 com a música “Andrà Tutto Bene”.*

*Teve como prémios e reconhecimentos: em 2018, o “Unsigned Only Award” na “International Songwriting Competition” e em 2020, “Song Of The Year” e “Pop Performance”, ambas na “International Portuguese Music Awards”. Nesse mesmo ano foi alvo de um Voto de Congratulação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores. Em 2021 recebeu o prémio de melhor compositor do ano no Festival Criativos de Portugal.*

*O grupo municipal do Partido Socialista propõe à Assembleia Municipal, a aprovação deste Voto de Congratulação, por esta distinção a um dos grandes promissores músicos açorianos natural da cidade de Angra do Heroísmo.»*

O voto foi aprovado por unanimidade após votação por escrutínio secreto. (17/2022/AMAH).

**3 – DO GRUPO MUNICIPAL DA COLIGAÇÃO PPD/PSD - CDS-PP - PPM**

**3.1 – Recomendação no sentido de a Câmara Municipal promover a introdução de três separadores móveis na sala de cima do Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo, de forma a ser possível criar quatro, três, duas ou uma sala naquele espaço e assim possibilitar a realização de grandes congressos em Angra do Heroísmo. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.**

**Sr. d. m. Carlos Costa Neves** – O grupo municipal da coligação pede que este ponto seja retirado da Ordem de Trabalhos de hoje por se tratar de uma iniciativa muito acarinhada pelo senhor deputado municipal Tomaz Dentinho que, por alguma razão, não pôde vir hoje e eu contava com a sua presença. Peço que este ponto volte a ser inscrito na próxima sessão desta Assembleia.

**Sr. presidente da Mesa** – Na sequência deste requerimento oral, o Ponto 3 será retirado e reagendado para a próxima sessão da Assembleia Municipal.

*A recomendação foi retirada da Ordem de Trabalhos, devendo ser reagendada para a próxima sessão. (18/2022/AMAH).*

#### **4 – DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

##### **4.1 – Proposta no sentido de ser aprovada a constituição de uma comissão para efeitos de revisão ao Regimento da Assembleia Municipal.**

*A proposta foi aprovada por unanimidade, tendo a comissão ficado constituída pelos seguintes membros da Assembleia:*

- **Do Partido Socialista:** *Cláudia Alexandra Coelho Cardoso, José Miguel de Freitas Toste e Rogério Paulo Nogueira e Sousa.*
- **Da coligação PPD/PSD - CDP-PP - PPM:** *Carlos Henrique da Costa Neves e Nuno Alberto Lopes Melo Alves.*

*A mesma comissão será presidida pelo presidente da Assembleia Municipal. (19/2022/AMAH).*

##### **4.2 – Proposta no sentido de ser aprovada a constituição de uma comissão para efeitos de acompanhamento do procedimento do Regulamento das Zonas de Estacionamento Tarifado na Cidade de Angra do Heroísmo.**

*A proposta foi aprovada por unanimidade, tendo a comissão ficado constituída pelos seguintes membros da Assembleia:*

- **Do Partido Socialista:** *João Manuel Machado Enes, José Miguel de Freitas Toste e Paulo Jorge Pimentel Silva.*
- **Da Coligação PPD/PSD - CDP-PP - PPM:** *Luísa Brasil Peixoto Lourenço e Maria Cecília Narciso Vieira Sousa Costa.*

*A mesma comissão será presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal. (20/2022/AMAH).*

**Sr. presidente da Câmara** – Peço a benevolência do senhor presidente da Assembleia para esclarecer uma questão que não é propriamente regimental.

Gostaria de prestar uma informação à Assembleia, dizendo que o período de participação pública termina hoje à meia-noite. A partir de amanhã estarão disponíveis e serão enviadas à comissão agora criada, as recomendações, os pareceres e toda a



documentação que deu entrada sobre esta matéria. A proposta de regulamento é já conhecida de todos e está em cima das vossas mesas.

Não sei o que entrou nos últimos dois ou três dias mas, tendo em conta o que aconteceu mais atrás, as participações dividem-se essencialmente em dois grupos. Da parte institucional, está toda a gente a favor, mas alguns moradores pedem que sejam colocados parquímetros nas suas ruas porque acham que vão ficar cheias de carros que não serão os seus. Contudo, o que me parece mais relevante, é que o regulamento colheu ampla unanimidade por parte da Câmara do Comércio e de todos aqueles que têm negócios na cidade, verificando-se uma generalizada adesão aos seus princípios.

Aproveito ainda para informar a Assembleia de uma questão conexa. Estamos com alguma pressa porque a nova concessão tem um procedimento longo e complexo de caráter concursal e para conseguirmos cumprir os prazos sem sermos obrigados a prolongar o contrato ora vigente, temos que ser muito céleres neste processo, por isso, no pedido que fiz ao senhor presidente da Mesa, falei-lhe na eventualidade da realização de uma sessão extraordinária desta Assembleia acerca desta matéria, cumpridos os tempos que esta comissão ora criada considere adequados, porque o assunto é urgente.

Contando o tempo ao contrário, ou seja, do termo do atual contrato para trás e olhando para os prazos imperativos do ponto de vista legal no que diz respeito ao concurso público para esta concessão, temos muito pouco tempo. Idealmente, deveríamos ter o novo concessionário a assumir funções no dia 22 de dezembro, que é a data limite do contrato existente. Temos um horizonte muito curto até essa data para uma adjudicação e um contrato devidamente assinado e visado mas, infelizmente, não seria possível fazer as coisas de outra forma, sob pena de termos colocado esta questão antes das últimas eleições autárquicas.

Não seria muito razoável criar um procedimento desta natureza muito importante para a cidade, antes de o povo se pronunciar na votação sobre a nova Câmara e Assembleia, por isso lançámos este processo imediatamente a seguir às eleições e já se cumpriu a primeira parte que foi a audição pública durante trinta dias úteis em relação à proposta de regulamento e das zonas a tarifar. Esse prazo cumpre-se hoje à meia-noite, ficando esta Assembleia livre para deliberar sobre o assunto. Se houver condições para tal, em coordenação com o senhor presidente e a Mesa da Assembleia, teremos eventualmente que fazer uma sessão extraordinária especificamente para que o concurso público internacional da concessão possa ser aberto o mais rapidamente possível.

## **5 – DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

### **5.1 – Voto de Pesar verbal relativamente ao início da guerra entre a Ucrânia e a Rússia.**

*O Voto foi aprovado por unanimidade. (21/2022/AMAH).*

**Sr. presidente da Mesa** – Gostaria de informar as senhoras e os senhores deputados que a próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal ocorrerá no dia 27 de abril. De acordo com o que disse o senhor presidente da Câmara, haverá eventualmente a necessidade

da realização de uma sessão extraordinária, cujas datas avaliaremos com os líderes das bancadas, com a Câmara Municipal e com a comissão que agora foi eleita.

A senhora deputada municipal Tânia Gil da Rocha Lemos, na qualidade de 1.ª secretária da Mesa, procedeu à leitura da minuta das deliberações que, posta à votação, foi aprovada por unanimidade.

**Sr. presidente da Mesa** – Agradeço a presença de todas as senhoras e senhores deputados, as vossas contribuições e a forma elevada como intervêm e debatem os assuntos aqui trazidos. Agradeço também ao senhor presidente da Câmara e às senhoras e senhores vereadores. Concluídos os trabalhos, desejo a todos uma boa tarde e um bom fim de semana.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão por volta das 13h34m do dia 25 de fevereiro de 2022, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.

O Presidente da Mesa

---

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

A 1ª Secretária

---

Tânia Gil da Rocha Lemos